

CADERNOS DE FORMAÇÃO

Volume 1

História do Brasil

Setembro de 2015

Página  13

Cadernos de formação

Volume 1

História do Brasil

1ª edição: setembro de 2015

Diagramação

Sandra Luiz Alves

ISBN 978-85-62508-24-0

Este texto pode ser copiado livremente, desde que citada a fonte.

Índice

Apresentação	5
--------------------	---

Capítulo I

Introdução	7
Povos primitivos	12
A ocupação colonial portuguesa	15
Independência, revoltas e fim do escravismo	20
Agrarismo, ditadura e industrialismo autônomo	26
Surto democrático e industrialização subordinada	35
Ditadura militar e novo surto de industrialização subordinada ...	41
Longo declínio ditatorial e transição conciliada	46
Neoliberalismo: chamem os trabalhadores para nos salvar	53
Notas à guisa de conclusão	60

Capítulo II

Bibliografia	66
Filmes sobre a história do Brasil	87
Músicas durante a ditadura militar 1964-1985.....	90

Apresentação

Este Caderno de formação sobre a história do Brasil contém dois capítulos. O primeiro discute o processo de ocupação do território oriental sul-americano pelo mercantilismo português. Isso incluiu a quase total extinção dos povos primitivos que o habitavam, sua substituição por colonos portugueses e escravos africanos, a constituição de um sistema de plantations e engenhos açucareiros, e a implantação de um sistema político colonial.

Foi com base nesse complexo econômico, social e político que ocorreu a paulatina conformação de um novo povo, o povo brasileiro, como mescla, principalmente forçada, entre europeus, africanos escravizados e indígenas locais. Esse povo, como diria Cazusa, começou a mostrar sua cara própria em movimentos independentistas dispersos no século 18, nos quais o destaque era para a classe dominante latifundiária que se abasileirara. Mas, na primeira metade do século 19, explodiram movimentos rebeldes regionais de massa, nos quais os de baixo apresentaram os primeiros indícios de conformação real de classes sociais diferenciadas. Conformação que só se consolidou no século 20, com o desenvolvimento capitalista e com os caminhos e descaminhos que tal desenvolvimento trilhou.

Foi nesse processo complexo, e também sob as influências das ideias liberais, positivistas e socialistas europeias, que a luta pelo socialismo emergiu no Brasil e tomou corpo, com muito mais derrotas do que vitórias, mas sempre obrigando a burguesia dominante a ampliar os marcos da democracia. O que talvez explique a enorme variedade de versões socialistas presentes nas forças sociais e políticas brasileiras, como procuraremos mostrar sucintamente neste tex-

to, mais como acicate para o estudo e o debate histórico a respeito.

Por isso, o segundo capítulo — disponível apenas em versão digital— apresenta uma bibliografia das diversas correntes ideológicas e políticas, incluindo as socialistas. Contém, ainda, uma lista de filmes que apresentam versões diferenciadas sobre a história brasileira, embora sejam poucos os que discutem a luta pelo socialismo, e uma lista de músicas compostas durante o período da ditadura militar, músicas que representaram uma das frentes de resistência ao regime.

Este Caderno de formação foi elaborado, a convite da Editora Página 13, por Wladimir Pomar, jornalista e escritor.

Capítulo I

Introdução

Em geral, qualquer livro de História do Brasil começa em 1500, com a chegada dos portugueses às terras de Santa Cruz. São raros aqueles que incluem nessa história os povos que habitavam o território há milhares de anos atrás. História, aliás, que vem sendo palco de um interessante debate sobre o início dessa ocupação a partir das migrações através do nordeste da Ásia, continente norte-americano, istmo centro-americano e América do Sul. Por isso, incluímos como item inicial uma breve explanação sobre os povos primitivos que ocuparam o território hoje chamado Brasil.

A seguir, procuramos discutir a ocupação colonial portuguesa, empurrada pelo mercantilismo dos séculos 16 e 17, e a organização peculiar que essa ocupação produziu. Por um lado, houve uma mistura de forças produtivas atrasadas, na agricultura extensiva, e avançadas, na fabricação industrial de açúcar e no transporte marítimo. Por outro, as relações escravistas de produção, já superadas na Europa pelas relações feudais, foram revividas nos eitos de cana e nos engenhos de açúcar pelo uso de africanos escravizados e transportados para o Brasil por traficantes de todas as nações “civilizadas” da Europa.

Em adição a tudo isso, os preceitos legais que comandavam os proprietários coloniais e outros homens livres emigrados para a colônia, incluindo os servidores e representantes do Estado monopolista português, eram copiados de sua matriz feudal. Em certa medida, o Estado no Brasil conformou-se como instrumento de poder antes que os novos habitantes negros e brancos se mesclassem com os sobreviventes indígenas e dessem nascimento ao povo brasilei-

ro. Em alguma medida, com essa origem, até hoje os servidores do Estado não se consideram servidores do povo, sendo comum acharem que o povo é que deve ser servidor do Estado.

Esse processo, porém, foi quase sempre conflituoso. Primeiro, entre os indígenas ameaçados de escravização e os colonos e as forças portuguesas de ocupação. Depois, entre os escravos e seus senhores e seus capitães de mato. A seguir, entre senhores e comerciantes, e entre os habitantes nascidos e adotados brasileiros e os comerciantes e o monopólio mercantil da monarquia lusa. Embora a rigor, a caracterização das classes tenham sido fluidas durante quase todo o período colonial, foi a luta entre classes em formação que constituiu o Brasil como nação independente. O momento de surgimento dessa nação é também o momento em que a classe dos latifundiários se constituiu como classe real.

É essa classe que se tornou crescentemente dominante durante o “império” nacional, que lutou entre si pelo domínio efetivo do poder de Estado, e que esmagou as grandes guerras populares entre os anos 1830 e 1850. Foi ela que manteve o escravismo até que a crise de mão-de-obra, a imposição tumbeira das naus inglesas, e o movimento abolicionista, os forçou a impedir a reforma agrária capitalista para poder praticar uma relação de produção de natureza diferente, a agregação, aparentada das relações feudais. E, como vingança contra a monarquia que não soube manter o escravismo, foi ela quem proclamou a república, organizada como uma confederação de oligarquias provinciais.

Nos anos seguintes, embora dividida entre suas diversas oligarquias provinciais, tendo suas frações cafeeira paulista e pecuarista mineiro em parceria hegemônica (aliança do “café com leite”), a classe latifundiária lutou persistentemente para impedir a industrialização, sob o argumento de que o Brasil lucraria muito mais sendo o “celeiro do mundo”. Isso durou até que novas classes sociais emergissem na sociedade brasileira, com novas formas de luta, e em que a crise mundial das potências capitalistas causasse estragos consideráveis nos preços e na demanda dos produtos agrícolas.

Contra a nova tentativa dos cafeicultores paulistas “socializarem os prejuízos”, as demais oligarquias se rebelaram, desfizeram a antiga aliança hegemônica e, com o apoio do movimento tenentista, estabeleceram um Estado industrialista, desde a “revolução” de 1930. O que a história classifica como a “era Vargas” perdurou, a rigor, de 1937 a 1945, sendo marcada por uma ditadura pró-fascista, por um industrialismo autônomo, com forte participação de empresas estatais e da burguesia nacional. A industrialização desse período consolidou as bases de uma indústria pesada e da participação do Estado na economia. E, apesar de suas tendências fascistas, o governo Vargas viu-se forçado por grandes manifestações populares, em parte dirigidas pelo reorganizado Partido Comunista do Brasil – PCB, a participar da luta e da guerra contra o nazi-fascismo.

O que se seguiu ao fim da guerra na Europa e ao fim da ditadura no Brasil foi um breve período democrático entre 1945 e 1947. Nesse período, o PCB consolidou sua hegemonia sobre a esquerda e sobre grande parte das camadas populares, mas não teve uma estratégia adequada para enfrentar os desafios da nova guerra mundial, a Guerra Fria, e teve que voltar à clandestinidade. Após isso, sob a pressão da Guerra Fria, mesmo mantendo o calendário eleitoral, o agrarismo voltou a ter certo predomínio, as liberdades políticas foram restringidas, mas os comunistas e a esquerda em geral continuaram muito ativos.

No período seguinte, que tem como marco a eleição de Juscelino Kubitschek – JK, ocorreu a crescente exportação de capitais das potências capitalistas para a industrialização brasileira. Com seu Plano de Metas, o governo JK retomou o industrialismo, mas então subordinado aos interesses imperialistas, através da implantação de empresas capitalistas estrangeiras no território brasileiro. A classe operária cresceu, assim como suas lutas, ampliando as liberdades políticas e a discussão sobre o futuro do país.

As demandas de desenvolvimento nacional soberano, reforma agrária, liberdades sindicais, participação popular no Estado e outras reformas estruturais agravaram as contradições de classe e as

preocupações imperialistas de que o Brasil seguisse um caminho socialista. As conspirações e tentativas de golpes militares, já presentes no período anterior, foram intensificadas, culminando na implantação da ditadura militar em 1964, que estabeleceu um regime parafascista, altamente repressivo, ao mesmo tempo em que escancarou ainda mais as portas do país aos investimentos estrangeiros e à industrialização subordinada.

Paralelamente ao sucesso da imposição da ditadura militar ocorreu a fase final da perda da hegemonia do PCB sobre a esquerda e sua desagregação orgânica e política, assim como a dispersão e fragmentação da esquerda em diferentes agrupamentos políticos, alguns adotando a estratégia de resistência pacífica, e outros a estratégia de luta armada urbana ou rural. A ditadura conseguiu alcançar altas taxas de desenvolvimento econômico subordinado até 1973, ao mesmo tempo em que praticamente liquidou todas as tentativas de resistência armada. Mas foi apanhada no contrapé pela crise do petróleo, pelo crescimento da oposição consentida e do movimento popular, e viu-se na contingência de organizar uma retirada estratégica para preservar as forças armadas da vergonha de seu insucesso em evitar a estagnação econômica e o endividamento externo.

O declínio ditatorial se arrastou por cerca de 10 anos. O regime foi obrigado, em grande parte pela entrada da nova classe operária nas lições econômicas e políticas, a proclamar a anistia política e a reorganização partidária, que deu surgimento ao Partido dos Trabalhadores – PT. Mas ainda resistiu até 1985, quando foi substituído por um regime civil. E sua ordem jurídica só foi substituída em 1988, mesmo assim não totalmente, quando foi proclamada uma Constituição democrática.

Apesar da ascensão da mobilização social entre 1978 e 1986, ela não foi capaz de impor um processo de desenvolvimento soberano e autônomo que desse fim à estagnação econômica. Por falta de uma visão clara da reestruturação econômica levada a cabo pelo capitalismo desenvolvido, a esquerda socialista não soube travar a batalha estratégica e tática que tal reestruturação impunha. Assim, foi

incapaz de impedir que a burguesia brasileira adotasse o neoliberalismo como ideologia e política de um desenvolvimento às avessas.

O Brasil sofreu um intenso processo de desestruturação produtiva, de privatização de suas estatais, de realocização de plantas industriais em outros países, e de desnacionalização ainda mais intensa de sua economia. Esse desastre ficou evidente na crise internacional de 1998, mas o capitalismo internacional organizou uma operação salvamento para evitar a derrota eleitoral dos neoliberais. No entanto, nos quatro anos seguintes ficou evidente que o neoliberalismo era um fracasso e que a burguesia não possuía qualquer projeto alternativo para o país.

Essa situação levou parte da burguesia a aprovar a ideia de “chamar os trabalhadores” para salvá-la. Impôs, porém, ao candidato do PT, em 2002, a manutenção dos chamados fundamentos de superávits fiscais, controle inflacionário e câmbio valorizado. O cenário internacional favorável, em grande parte pela alta demanda chinesa de commodities minerais e agrícolas, permitiu ao governo petista de coalizão praticar uma política de crescimento econômico através da elevação do salário mínimo e de programas sociais de redistribuição de renda.

Essa política, na verdade de crescimento via aumento da demanda, começou a apresentar seus limites no início do segundo mandato de Lula, porque os investimentos na indústria, particularmente de produção de não duráveis, ou de consumo corrente, assim como na agricultura de alimentos, foram insuficientes para permitir o aumento da oferta desses produtos e evitar os surtos inflacionários sazonais.

Sem mudar aquela estratégia de crescimento por outra que combinasse investimentos com aumento do consumo, o governo posterior, comandado por Dilma, tendeu a aumentar ainda mais os desequilíbrios entre a oferta e a demanda, com todas as consequências que tais desequilíbrios fatalmente produziram. É nessa situação que o Brasil se encontra na atualidade, com a volta de políticas tipicamente neoliberais.

Povos primitivos

Há certo consenso de que os povos primitivos que ocuparam primeiro a região amazônica e, depois, dispersaram-se pelo litoral atlântico no rumo sul, são provenientes de migrações sucessivas da Ásia oriental. Esses povos migraram através do continente norte-americano e do istmo que o liga ao continente sul-americano, dividindo-se entre os ramos que seguiram o litoral do Pacífico e os que desceram para a região amazônica e para o litoral do Atlântico.

No entanto, há um crescente debate e divergências em torno do período histórico em que isso ocorreu. Até poucos anos atrás era geralmente aceito que o continente sul-americano havia sido atingido apenas entre 12 e 10 mil anos atrás. Para complicar esses cálculos, pesquisas arqueológicas recentes, tanto no Brasil (Piauí), quanto no Chile, apontam para aglomerações populacionais que teriam vivido nesses territórios há mais de 40 mil anos.

Além disso, havia certa concordância de que tais povos viviam em constante migração nômade em busca de campos de caça e coleta. No entanto, pesquisas recentes também têm apontado para populações relativamente sedentárias na Amazônia, em virtude tanto da abundância da pesca fluvial quanto da caça pequena e da domesticação da mandioca e de alguns tipos de milho. Há evidências seguras de que todas elas dominaram a capacidade de fazer e utilizar o fogo.

Essas populações, como ainda hoje vivem os zo'és, na região do estreito de Óbidos, descritos no documentário Sal da Terra, que relata a vida nômade de Sebastião Salgado, eram organizadas em famílias de descendência feminina (matrilineares), nas quais a divi-

são do trabalho era estritamente sexual. Os homens detinham os instrumentos que utilizavam para caça, a pesca e a coleta, enquanto as mulheres detinham os instrumentos caseiros e de distribuição dos resultados da caça, da pesca e da coleta. Os resultados das atividades produtivas eram distribuídos igualmente, conforme as necessidades de cada elemento da comunidade familiar.

A domesticação da mandioca, por outro lado, se também contribuiu para certo grau de sedentarização, introduziu um fator de novo nomadismo, à medida que a terra se mostrava menos produtiva depois de várias safras. As famílias mudavam-se então para novas terras produtivas, derrubando áreas de matas e ateando fogo a elas para o plantio das manivas. Esse sistema de *coivara*, depois copiado pelos europeus de modo mais intenso e mais amplo, deve ter sido empregado por um período de mais de dois mil anos, se a datação dos registros dos sítios arqueológicos estiver correta.

Quando os portugueses aportaram nas terras orientais do continente sul-americano, em 1500, grande parte das áreas ribeirinhas da Amazônia, assim como das áreas litorâneas que hoje vão do nordeste do Pará até o leste do Rio Grande do Sul, e várias regiões interiores, encontravam-se habitadas por gens e tribos derivadas dos troncos iniciais que haviam habitado o norte. Há cálculos de que mais de seis milhões de indígenas viviam espalhados por esse território, mas talvez seja impossível confirmar tal número.

De qualquer modo, em qualquer parte onde os europeus, principalmente portugueses, mas também franceses, alemães, holandeses e ingleses, pisavam, seja no litoral, seja nas entradas interior adentro, confrontavam-se sempre com tribos indígenas, ou encontravam seus rastros. Os relatos dos primeiros encontros falam tanto da surpresa quanto das desconfianças de ambos os lados. Hans Staden, um comerciante e aventureiro alemão que quase se tornou alimento dos tupinambás em Itanhaém, por volta de 1548, narrou com realismo os costumes e as relações desses indígenas com os indivíduos dos diversos povos europeus que já naquela época procuravam “fazer a América”.

Nos primeiros anos, de escambo do pau brasil, o ambiente era mais de cooperação do que se atrito, embora os portugueses não se habituassem com o sistema indígena de trabalhar “somente o necessário”, e os indígenas não entenderem porque os lusos queriam mais madeira do que aparentemente precisavam.

As relações passaram a ser conflituosas a partir do momento em que a Coroa portuguesa definiu seu **plano de colonização**, dividindo o território em duas grandes áreas administrativas subordinadas à Coroa: as províncias do Grão Pará e do Brasil. Na província do Brasil esse plano tinha por base a implantação das **sesmarias** para o plantio de grandes áreas de cana (**plantations**), e para o funcionamento de engenhos de produção de açúcar, através do uso de escravos.

Na província do Grão Pará ficou evidente, desde logo, a impossibilidade de estabelecer plantations de cana, o que abriu chance para as ordens religiosas estabelecerem **missões**, em parceria com os indígenas, para a coleta do que chamavam de “**drogas do sertão**”, tidas na Europa como “especiarias” (pimenta, gordura do peixe-boi, ovos de tartaruga, araras e papagaios vivos, jacarés, lontras, peles de felinos, castanhas, ervas com propriedades curativas, fibras, tinturas, baunilha, poaia, urucum, guaraná, cravo, cacau e outros condimentos).

Assim, as tentativas de escravização indígena na província do Brasil sofreram resistência tanto dos povos locais, que viviam no comunismo primitivo e preferiam morrer a transformar-se em escravos, quanto das ordens religiosas que sugeriam a implantação de missões idênticas às da Província do Grão-Pará. Além disso, à medida que as plantations e os engenhos se disseminaram pelo nordeste e outras regiões do Brasil, o gado empregado para a aração das terras e para a tração das moendas dos engenhos se tornava imprestável para tal esforço. Nessas condições, era solto e começou a se reproduzir nas zonas do sertão interior, dando origem às “fazendas” de gado e, também, a novas áreas de confrontos com os indígenas.

A ocupação colonial portuguesa

A ocupação portuguesa teve início com o estabelecimento de Capitânicas Hereditárias, cujos “capitães” deveriam ceder terras aos colonos e providenciar a captura de indígenas. No entanto, esse sistema não funcionou da forma esperada, e foi substituído pela concessão de sesmarias aos colonos portugueses, em geral membros da nobreza lusa desprovida de terras em Portugal. As sesmarias, de grandes extensões, deveriam dedicar-se prioritariamente ao plantio de cana, e à instalação de engenhos de açúcar, por meio de trabalho escravo, plano financiado pelos banqueiros holandeses.

Porém, a resistência indígena e a provável escassez dessa força de trabalho eram empecilhos à implantação das grandes plantations de cana. Isso levou à decisão, em meados dos anos 1500, de utilizar escravos africanos. Estabeleceu-se, assim, na Província do Brasil, um sistema escravista de produção de açúcar de cana, a ser exportado para a Europa através de um sistema comercial monopolizado pela Coroa portuguesa. Esse mesmo sistema comercial monopolista funcionava na Província do Grão Pará para a exportação das especiarias ou drogas do sertão.

Para garantir esse monopólio, e impedir as tentativas de invasão dessas províncias por outras potências coloniais, a Coroa portuguesa montou nas duas províncias, mas principalmente no Brasil, um aparato de Estado similar ao existente em Portugal, onde ainda vigiam leis e mecanismos próprios do feudalismo. Governadores gerais, capitães-mores e ouvidores constituíam as figuras principais da ordem portuguesa sobre o território, enquanto as câmaras municipais, instaladas nas vilas, e constituídas pelos homens “bons”,

representavam a ordem portuguesa local e ajudavam na defesa do território, tanto contra incursões indígenas, quanto contra possíveis invasões piratas estrangeiras.

Essa organização portuguesa não mudou nem mesmo quando Portugal permaneceu sob o domínio espanhol, entre 1580 e 1640. Paradoxalmente, foi nesse período que os colonos portugueses no Brasil aproveitaram-se da condição de “súditos espanhóis” para romper o Tratado de Tordesilhas e expandir-se a oeste dessa linha imaginária, principalmente na Amazônia. As tentativas dos franceses e holandeses de instalarem colônias no enorme território do Brasil, os primeiros no Maranhão (São Luiz) e no Rio de Janeiro, e os segundos no Nordeste, também fracassaram. Embora os holandeses tenham dominado por vários anos (1645-1654) a produção de cana do Nordeste do Brasil, principalmente em Pernambuco, através de alianças comerciais com os latifundiários, essa dominação entrou em crise quando os banqueiros holandeses decidiram forçar a cobrança dos financiamentos realizados.

Assim, apesar desses entreveros, entre meados de 1500 e meados de 1600 a cultura da cana, principalmente no Nordeste, tornou-se a principal riqueza da colônia a serviço da metrópole portuguesa, criada pelo trabalho dos escravos. Estes, além de trabalhar nos eitos de cana, também tinham que dedicar-se a culturas de subsistência para garantir sua alimentação. Conforme conta Antonil, tinham direito a três pês: pau, pano e pão. Controlados por feitores, eram castigados no pau por qualquer motivo. O pano que recebiam para cobrir o corpo era escasso, como escasso era o pão que os alimentava.

Provenientes de diferentes tribos africanas, tinham dificuldade de relacionar-se entre si, num território que lhes era estranho. Mesmo assim, tentavam a fuga, às vezes dando surgimento a quilombos, o mais famoso dos quais foi o de Palmares. Em várias ocasiões, revoltaram-se, realizando fugas em massa, queimando canaviais, senzalas, onde pernoitavam, e casas-grandes, onde viviam os senhores sesmeiros.

Os portugueses, por seu lado, jamais esmoreceram de encontrar ouro, prata, diamantes e pedras preciosas, tanto no Brasil quanto no Grão Pará. As notícias das riquezas de ouro e prata encontradas pelos espanhóis no México e no Peru empurravam os portugueses a multiplicar, em ambas as províncias, as “entradas” e, depois, as “bandeiras”. Na Amazônia chegaram a criar, ou acreditar, na lenda do Eldorado, uma porção de terra que seria coberta de ouro. Já as bandeiras, organizadas principalmente por colonos portugueses da região de São Paulo, combinavam a busca de ouro com a preação de indígenas a serem transformados em escravos. Na falta de um, lucravam com o outro.

Essas buscas foram recompensadas, em meados dos anos 1700, com a descoberta das Gerais, em que ouro e diamantes pareciam brotar do chão como plantas em germinação. O desenvolvimento da mineração das Gerais promoveu transformações profundas tanto em Portugal quanto em suas colônias americanas. Lá, o reino correu o risco de ficar despovoado com a migração para as minas brasileiras. No Brasil, os latifundiários das plantations de cana do Nordeste, cuja produção estava em crise em virtude da concorrência do açúcar antilhano, transferiram-se com armas, famílias, bagagens e escravos para as minas.

O brutal trabalho das minas, que permitia uma vida média de apenas 5 anos para os escravos, intensificou o tráfico de presas capturadas na África, e também de indígenas apresados no Brasil. As riquezas arrancadas do solo e do trabalho dos escravos propiciou a criação de aglomerações humanas maiores, criando uma demanda de produtos e serviços até então desconhecida.

As regiões de “fazendas de gado”, localizadas às margens do rio São Francisco e nos pampas gaúchos, haviam estabelecido relações de produção diferentes do escravismo. Vaqueiros e peões trabalhavam como “agregados” responsáveis por um dos diversos “currais” do latifúndio, recebendo como paga por cuidar do gado um quinto ou um quarto das crias do rebanho. Até então, esses pecuaristas forneciam gado somente para plantations vizinhas, no nordeste e no sul.

No entanto, com a ascensão da exploração e produção mineira, os latifundiários pecuaristas encontraram um novo e vasto mercado para sua produção. E abriram estradas para que as comitivas do gado bovino, muar e equino, necessário tanto à alimentação quanto ao trabalho nas minas, chegassem a seu destino. Ao mesmo tempo, foram abertas estradas reais para transportar o ouro e os diamantes para portos no litoral, principalmente do Rio de Janeiro.

Paralelamente, em especial no Vale do rio Paraíba do Sul, mais próximo das Gerais, começaram a instalar-se posseiros para produzir alimentos necessários a uma crescente população aglomerada nas vilas e pequenas cidades. Esses posseiros muitas vezes trabalhavam unicamente com a força de trabalho familiar, já que as “peças escravas” se tornavam cada vez mais caras.

Esse é também o período em que o Estado Colonial Português adotou medidas mais duras para unificar seu domínio sobre a colônia. Proibiu a emigração portuguesa para não ficar despovoado. Liquidou as missões religiosas do Grão Pará e proibiu o uso do *nhengatu*, a língua franca que permitia a conversação entre indígenas e portugueses, e impôs a língua portuguesa como obrigatória. Além disso, permitiu a escravidão indígena na província nortista, ao mesmo tempo em que viu surgir não só as primeiras tentativas de implantação de algumas indústrias na colônia, imediatamente proibidas pela rainha Maria I, como as primeiras manifestações das ideias de independência.

No entanto, a esse tempo o jovem capitalismo inglês já não pretendia mais lucrar com o tráfico de escravos. Sua indústria necessitava de matérias primas minerais e agrícolas, e de mercados onde pudesse vender seus produtos. De maior traficante de escravos da África para os continentes americanos, a Grã-Bretanha se transformou em oponente desse comércio macabro. E, em sua disputa com o ascendente capitalismo francês que, sob o comando de Napoleão, tentava destruir o feudalismo no restante do continente europeu, em 1808 forneceu à realeza portuguesa em fuga as condições para se trasladar para o Brasil e transformar a antiga colônia em nova cabeça do império luso, em troca da “abertura dos portos”.

Essa situação modificou-se, em 1820, quando Portugal se livrou da ocupação francesa e o império pode retornar à sua sede original, agora sob a forma de uma monarquia parlamentar. A assembleia constituinte lusa, formada principalmente por membros da nobreza mercantil portuguesa, pretendeu retomar o velho sistema de monopólio em relação à colônia. A essa altura, porém, no Brasil já se haviam se formado uma classe dominante escravista (latifundiários e traficantes de escravos), cujos interesses estavam intimamente entrelaçados entre si e com os ingleses, e à qual já não interessava o retorno ao monopólio comercial português.

Ela dominava a produção econômica, tinham a Inglaterra como seu principal mercado e, em grande parte, havia se instalado na sede do império no Rio de Janeiro, conquistando ou comprando títulos de marqueses, barões, condes, viscondes e duques. Nessas condições, ou o filho primogênito do imperador transferido para Portugal, Pedro, proclamava a independência do Brasil como “império independente”, ou corria o risco de que “algum aventureiro” se apropriasse da coroa.

Embora a independência tivesse, inicialmente, apontado para a instalação de uma monarquia parlamentar, o que se consolidou logo depois foi uma monarquia autocrática. Do ponto de vista político, formaram-se dois partidos na classe dominante, o conservador e o liberal, que se revezavam na direção ministerial do Estado, com o imperador fazendo o papel de “moderador”, ou instância de decisão final.

Independência, revoltas e fim do escravismo

Apesar da independência, a subordinação do país aos interesses europeus, particularmente ingleses, e a permanência do sistema escravista e de mando político regional de oligarquias latifundiárias, gerou uma série de revoltas e guerras internas, que tiveram seu ápice entre 1830 a 1848.

Algumas, como a revolução Farroupilha, colocaram em oposição uns setores latifundiários contra outros. Outras, como a Balaiada e a Cabanagem, uniram massas pobres e de escravos contra as oligarquias dominantes, contando com o apoio de alguns setores latifundiários e comerciais. E ainda outras, como a Confederação do Equador e a Praieira, contaram com a participação de padres, intelectuais, comerciantes e pobres urbanos contra a monarquia.

Todas elas apresentaram, com força diferenciada, oposição à manutenção do escravismo, tendências republicanas, oposição à dependência estrangeira, direito à liberdade, e melhoria das condições de vida dos mais pobres. E todas elas foram esmagadas por forças armadas de latifundiários, transformadas numa Guarda Nacional, que se tornou o embrião do futuro exército nacional.

Foi nesse período de intensas lutas das classes populares em formação que o pensamento socialista foi introduzido no Brasil. Isso ocorreu, portanto, ainda na vigência do escravismo. Estudantes e intelectuais brasileiros, com possibilidades de estudar na França, tomaram conhecimento das obras dos socialistas utópicos (Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Blanc). Além disso, alguns historiadores sustentam que engenheiros franceses que trabalharam em Pernambuco eram adeptos de Fourier e tiveram certa influência nas reivindicações da Revolução Praieira (1848 – 1849).

O intelectual Antônio Pedro de Figueiredo (1814 – 1859), fundador da revista *O Progresso*, acompanhou com admiração as revoluções europeias de 1848, mas teve consciência de que “estas revoluções radicais são obra do tempo, e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente”. Em 1857, Figueiredo defendeu, em sua revista, que “o bem-estar material é uma condição da humanidade, e o desenvolvimento da indústria tende constantemente para consegui-lo, e destarte o progresso da sociedade em todos os sentidos, no desenvolvimento da riqueza pública e particular, no desenvolvimento das artes, das letras, da moral acham interesse na satisfação do bem-estar material”.

José Inácio de Abreu e Lima, pernambucano que participou da guerra pela independência dos venezuelanos contra os conquistadores espanhóis, e também foi um dos participantes da Revolução Praieira, referiu-se ao socialismo como uma futura tendência na sociedade brasileira, embora não passasse de “aberrações do espírito humano”. Em certa medida tinha razão porque, nas condições escravistas da sociedade brasileira de então, as ideias socialistas estavam totalmente fora de lugar.

As lutas de classes populares e intermediárias embrionárias na sociedade brasileira, em confronto com a classe latifundiária escravista consciente de si própria, resultaram em grande parte da crise de força de trabalho que a agricultura escravista, especialmente a do café, atravessou em virtude da mudança da política inglesa. A esquadra marítima da Grã-Bretanha tornou ilegal o tráfico de escravos, mas este era indispensável para sustentar o crescimento da nova cultura do café, uma espécie de alimento fundamental para a classe operária europeia.

E foi com base nessa demanda que o capitalismo inglês implantou ferrovias das zonas cafeeiras brasileiras para os portos, principalmente para o de Santos. Mas a permanência do escravismo continuava sendo um estorvo para a ampliação do mercado brasileiro aos produtos ingleses. Assim, a situação do fornecimento de peças escravas para o Brasil teve uma mudança significativa quando a marinha

inglesa recebeu ordens de afundar os navios negreiros, transformando-os em “tumbeiros” ao naufragar com sua carga humana.

Dessa forma, criou-se uma crise de grande proporção no fornecimento de força de trabalho para a cultura cafeeira, seja por encarecer o custo dos escravos, seja porque o número de escravos era insuficiente para atender à expansão dessa lavoura, tendo repercussão em todas as demais regiões do país. Isso obrigou alguns latifundiários a tentarem outras modalidades de relações de produção.

Essa situação era agravada ainda pelo fato de pobres livres estenderem o sistema de posse a outras regiões além do vale do Paraíba do Sul. Além de açoitados pela escassez de escravos, os latifundiários consideravam-se ameaçados pela existência de pequenos agricultores livres servindo de mau exemplo para seus cativos. Em virtude disso, viram-se na contingência de promulgar uma Lei Agrária, em 1850, que proibia a posse da terra a quem não demonstrasse título de propriedade. A execução prática dessa lei gerou, por um lado, resistências armadas de posseiros e, por outro, o sistema de “grilagem” de terras públicas, com documentos de propriedade forjados.

O senador Vergueiro foi o primeiro a trazer alemães e suíços para trabalhar num sistema de parceria em sua fazenda de Ibicaba, por volta de 1860. Nesse sistema, os parceiros ficavam responsáveis pelo plantio, cuidados e colheita de certa área de pés de café, ganhando uma parcela do café colhido. Dessa parcela lhes era descontado o custo do transporte para o Brasil, e o custo dos alimentos, ferramentas, roupas e outros bens que lhes fossem “fornecidos” pelo “barração” latifundiário.

Como regra geral, os parceiros iniciavam uma nova safra já devendo ao dono da terra e da lavoura parte do fornecimento da safra anterior. Além disso, os parceiros eram tratados como se escravos fossem, o que acabou levando a revoltas, cujo exemplo mais significativo foi justamente a da fazenda Ibicaba, dirigida por Tomas Davatz. Os parceiros, além de exigirem o tratamento de trabalhadores livres, queriam ter direito de plantar suas lavouras de subsistência, e de comprar mantimentos e roupas onde desejassem.

A revolta dos parceiros criou uma situação internacional embaraçosa para a monarquia, porque obrigou as embaixadas da Alemanha e da Suíça a prestarem assistência aos revoltosos. Com isso, esse sistema de parceria foi substituído pelo “colonato”, no qual os trabalhadores estrangeiros tinham formalmente direito de plantar suas lavouras de subsistência, comprar seus outros bens de consumo nas cidades, e receber pagamento em dinheiro por serviços extras prestados ao latifundiário.

A mistura de trabalhadores livres e escravos na cultura cafeeira, o crescimento da luta abolicionista, o aumento da fuga de escravos e da organização de quilombos em periferias urbanas, e a redução do papel econômico do escravismo, levaram os representantes dessa classe dominante a fazer concessões parciais, como a Lei do Ventre Livre. No entanto, apesar da exaustão do escravismo, os latifundiários se contrapunham à abolição e, quando esta foi sancionada, com a chamada Lei Áurea, consideraram-se traídos e apoiaram a substituição da monarquia pela república, em 1889.

A abolição do escravismo resultou em dois movimentos diferentes dos escravos libertos. Muitos deles dirigiram-se para os centros urbanos, buscando trabalho livre e juntando-se aos ex-escravos domésticos que lá viviam. Muitos outros permaneceram nas fazendas agrícolas. Sem terra sua para plantar, submeteram-se à condição de “agregados” pelo “favor” dos latifundiários, copiando o sistema já utilizado nas fazendas de gado. A relação entre o latifundiário e seus “agregados” era, em geral, de “parceria”, embora fosse comum a obrigação do “cambão” no acordo ente eles.

Isto é, ao “favor” concedido ao agregado de plantar em parcelas de sua terra, o latifundiário lhe impunha a obrigação de trabalhar gratuitamente um ou dois dias em seus serviços. Além disso, o parceiro devia pagar ao latifundiário, em espécie, com parte da safra (em geral, a terça parte, ou a metade), ou em dinheiro. No primeiro caso, os parceiros recebiam a classificação de “terceiros” ou “meeiros”. No segundo caso, de “arrendatários”, “rendeiros” ou “foreiros”.

Assim, ao contrário do feudalismo europeu, no qual o trabalhador pertencia à terra, não podendo ser expulso dela pelo senhor feudal, ou trocar de terra e de senhor, na agregação brasileira o trabalhador era formalmente livre. Podia trocar de terra e de latifundiário. Na prática, porém, o mecanismo do “fornecimento”, pelo qual o latifundiário vendia a seu agregado os meios de produção necessários às operações indispensáveis de plantio, trato e colheita, e para a subsistência até o final da safra, constituíam um processo de endividamento do qual a maior parte dos agregados só conseguia escapar fugindo.

Desse modo, o sistema de propriedade latifundiária, predominante na agricultura brasileira desde o início da colonização portuguesa, apesar da abolição do escravismo, continuou praticamente intocado. A classe latifundiária, que havia se estruturado como classe dominante no Estado do país desde que a Coroa portuguesa foi obrigada a transferir sua sede para o Rio de Janeiro, em 1808, manteve em suas mãos as rédeas do poder nacional e dos poderes provinciais também após o fim do escravismo e da monarquia. E continuou esmagando, sem piedade, todas as tentativas camponesas de se constituir como uma classe independente, capaz de realizar projetos comunitários, a exemplo de Canudos, no início do século 20.

Essas formas da luta de classes no período de estertor do sistema escravista e início incipiente da indústria fizeram com que as ideias socialistas começassem a ter alguma utilidade nos centros urbanos mais adiantados. O afluxo de ex-escravos para tais centros representou a criação de um excedente de força de trabalho livre que fez os salários caírem e as jornadas de trabalho aumentarem. Parcelas dos trabalhadores começaram a enfrentar a proibição das greves, criando um ambiente social propício ao debate do socialismo, como eco das lutas operárias na Europa. No início do século 20 formaram-se associações e clubes operários que discutiam sua situação, levando setores intelectuais a se interessarem pelo assunto e, de certa maneira, repercuti-los na imprensa da época. E surgiram as primeiras tentativas de organização de um partido socialista.

Em sentido oposto, a classe latifundiária manteve sua estreita relação com o mercado mundial comprador de café, e submeteu o país às oscilações dos preços internacionais, na lógica de socializar os prejuízos, quando os preços caíam, e privatizar os lucros, quando os preços subiam. Além disso, em concordância com os interesses das potências industriais hegemônicas, que ainda não haviam alcançado uma acumulação excedente de capitais a serem investidos no exterior, os latifundiários criaram uma barreira a todas as tentativas de uma maior industrialização brasileira.

É do final do século 19 a ideia de que o Brasil seria o “celeiro do mundo”, não havendo motivos para industrializá-lo. Os empreendedores capitalistas do período, a exemplo de Mauá, pagaram caro por sua ousadia.

Agrarismo, ditadura e industrialismo autônomo

A disputa entre agrarismo e industrialismo atravessou as quatro primeiras décadas da república, embora o conflito mundial de 1914 a 1918 tenha imposto ao Brasil a necessidade de substituir muitas das importações que tinham como origem a Europa. É dessa época o primeiro surto de industrialização brasileira, caracterizado principalmente pela produção de tecidos, calçados e vestuários.

Por outro lado, a guerra tornou evidente que países não industriais estavam à mercê dos países industrializados. E a revolução russa de 1917 trouxe à tona um debate entre as próprias oligarquias latifundiárias sobre o método de tratar as greves e manifestações operárias, a exemplo das que haviam ocorrido no Brasil no final da década de 1910. Nessa ocasião, a jovem e minúscula classe operária industrial havia dado uma inesperada demonstração de força, com suas greves de 1917-1920.

Nesse período, os de baixo eram representados principalmente pela classe média, ou pequena burguesia urbana, que não pretendia continuar vivendo alijada do poder político. Ela foi a principal propulsora dos movimentos rebeldes dos anos 1920. Os de cima, representados principalmente pelos “coronéis do sertão”, grandes latifundiários que dominavam as oligarquias regionais, estavam divididos e em constantes disputas. Os latifundiários de São Paulo e Minas revezavam-se no poder, dividindo os lucros e socializando os prejuízos.

A pequena burguesia urbana, por seu lado, tinha grande inserção no exército, cuja organização, a partir do final do século 19, lhe oferecera uma oportunidade de ascensão social e acesso aos fuzis.

Isso lhe permitiu realizar diversas revoltas, que levaram à formação do chamado Movimento Tenentista e, em 1922, à realização da Coluna Prestes. Essa Coluna, embora tenha realizado uma longa marcha por quase todo o país, e tenha praticado algumas ações interessantes a favor dos camponeses, não tinha como propósito mudar a estrutura fundiária, nem incorporar os camponeses à luta, negando-se sempre a aceitá-los em suas fileiras.

O aspecto mais característico da estratégia de “revolução pelo alto” da Coluna Prestes, e de seu ranço positivista de “salvadora da pátria”, foi sua recusa de incorporar os camponeses e outras camadas populares, que se apresentaram voluntariamente para a luta. Com isso, deixou de criar as condições para transformar-se a Coluna numa verdadeira força revolucionária. Assim, na falta de uma organização política mobilizadora, a situação revolucionária de então se esvaiu, embora os problemas continuassem se agravando.

Assim, foi no contexto das greves operárias do final da década de 1910, dirigidas pelos anarquistas, da repercussão da revolução operária russa de 1917, tomada por vários intelectuais como uma revolução “maximalista”, que surgiram as condições reais para um incremento da difusão do socialismo no Brasil. Uma parcela significativa de anarquistas assumiu a difusão das ideias comunistas e socialistas, e fundou o Partido Comunista, em 1922. No entanto, a influência das ideias anarquistas no novo partido era de tal ordem que sua adesão à Internacional Comunista – IC não foi aceita inicialmente.

Nesse período também emergiram no Brasil, além dos anarquistas, comunistas, socialistas e tenentistas positivistas, outras diferentes correntes político-ideológicas já presentes no século XX, como os trabalhistas, os cristãos de esquerda, os nacionalistas radicais, os liberais-democratas, e os desenvolvimentistas. O que resultava na apresentação de diferentes estratégias de luta, como a revolução pelo alto, as diferentes variantes de luta armada, a participação eleitoral, e a mobilização social.

No final dos anos 1920, a Internacional Comunista recrutou o capitão Luiz Carlos Prestes, cuja adesão ao comunismo o transformou no

principal dirigente do PCB, e estimulou a adesão de inúmeros ex-oficiais do exército, cuja formação filosófica continuava sendo positivista. Em tais condições, a partir de então a formação marxista dos comunistas navegou em meio às influências anarquistas e positivistas, tendo o comunismo e o socialismo como conceitos equivalentes, e apresentando variações extremas em suas estratégias e táticas.

Durante os anos 1920, ocorreu uma cisão entre os de cima, embora o descontentamento dos de baixo também continuasse muito intenso. Este descontentamento se expressava não só nas lutas operárias, mas também no banditismo rural. Mas foi a pressão operária que desempenhou o principal papel para que uma parte dos latifundiários, alijada do poder central pela oligarquia cafeeira, se organizasse na Aliança Liberal, sustentasse bandeiras industrialistas, e reclamasse o tratamento das reivindicações operárias como caso “social” e não como “casos de polícia”, conforme advogava o presidente Washington Luís.

O grande temor desse setor “moderno” do latifúndio era que um tratamento “incorreto” dos trabalhadores levasse a uma “revolução comunista”, como a que ocorrera na Rússia. Tendo isso em vista, os dirigentes da Aliança Liberal procuraram conquistar a maioria dos “tenentes” para a sua revolução, mas deixando à parte os representantes operários e, mais ainda, os camponeses.

No final dos anos 1920, as contradições entre as oligarquias paulista e mineira, que dominavam o poder de Estado revezando-se, e as demais oligarquias sulistas e nordestinas, agravaram-se com a crise econômica mundial, quando os latifundiários do café quiseram, mais uma vez, socializar os prejuízos. Essas contradições se transformaram numa situação revolucionária e em conflito armado com o assassinato do candidato à vice-presidente da Aliança Liberal, João Pessoa.

Convidado a dirigir essa nova “revolução pelo alto”, depois chamada “revolução de 1930”, Prestes e os comunistas recusaram. A esse tempo, os comunistas já estudavam uma nova estratégia, que devia combinar levantes militares urbanos com a incorporação de

camponeses. NO entanto, naquele momento quem assumiu o poder foi a Revolução Liberal. Ela alijou desse poder uma parte da oligarquia latifundiária anterior, substituindo-a por uma nova oligarquia. Não mexeu na estrutura agrária, mas deu início ao processo de industrialização do Brasil, enquadrando tanto a burguesia, quando o operariado, num sistema sindical controlado pelo Estado, embora beneficiando fundamentalmente a burguesia.

Em termos práticos, a “revolução de 30” realizou um deslocamento nas oligarquias dominantes, substituindo-as, em alguns casos através da expropriação de latifundiários antigos, em que tenentes, capitães e majores se tornaram latifundiários e constituíram novas oligarquias, a exemplo de Magalhães Barata, no Pará, e Juracy Magalhães, na Bahia. Essas mudanças, apesar de não tocarem na estrutura agrária, nem nas relações de produção nela predominantes, causaram uma forte reação dos latifundiários e dos industriais paulistas, que se levantaram em armas, com sua “Revolução Constitucionalista”, contra o governo provisório dirigido por Getúlio Vargas.

As tendências desenvolvimentistas predominantes no novo governo “revolucionário”, combinando o industrialismo com a manutenção do sistema agrário dominante. Em termos políticos, namoravam o fascismo italiano e o nazismo alemão, mas sem se comprometer com a versão cabocla integralista. Em virtude da reação paulista e de outros setores da sociedade, foi preciso realizar eleições em 1934 e aprovar uma nova Constituição, mas a tendência era tipicamente ditatorial.

A permanência do sistema agrário oligárquico, e o estreitamento das relações dos chefes militares brasileiros com o nazismo alemão, fizeram surgir reações de diferentes tipos na sociedade, apesar das ameaças repressivas e das tentativas de colocar o movimento operário sob controle. Foi nesse contexto que, entre 1930 e 1935 o PCB estabeleceu a estratégia de organizar uma rebelião armada como base para um processo revolucionário que deveria se estender às áreas rurais. O sucesso na criação da Aliança Nacional Libertadora - ANL pareceu dar razão àquela estratégia.

No entanto, parte da direção do PC, assim como a Internacional Comunista, considerarem erroneamente que o Brasil vivia uma nova situação revolucionária, quando a haviam perdido em 1930. Por outro lado, tomaram medidas conspiratórias pouco consistentes para preparar levantes militares em todo o país. Infiltrada por um agente do serviço secreto inglês, a conspiração foi descoberta pelo sistema repressivo do governo brasileiro, e os levantes de 1935 falharam. A ANL foi fechada, e a direção do PC e os membros da Internacional Comunista presentes no país foram presos e torturados. E Getúlio aproveitou o pretexto para promover um golpe, com apoio militar, que instituiu o Estado Novo pró-fascista, em 1937.

Apesar disso, a decisão de colocar em prática o segundo surto de industrialização nacional, incluindo os setores siderúrgico, metal-mecânico e químico, e transformar em lei os direitos trabalhistas, foi levado avante, apesar da oposição dos agraristas. Paradoxalmente, parcelas consideráveis do empresariado industrial também se opunham ao modelo industrialista de Vargas por temerem a intervenção do Estado. Assim, os planos de industrialização do período Vargas tiveram que ser levados avante em boa parte aproveitando-se da tendência de nova guerra interimperialista e dando ao Estado um novo papel na economia. Foram empresas estatais os principais instrumentos para a execução do surto de industrialização do período.

A ditadura varguista, embora tendencialmente fascista, acabou tendo que se aliar ao esforço de guerra contra a Alemanha Nazista, pressionada tanto pelos Estados Unidos, quanto pelo crescente movimento popular. Em 1943, o PCB conseguiu se reorganizar a partir da Conferência Nacional da Mantiqueira, que adotou a tática de frente única nacional contra o nazismo, superando o setor do partido que se negava a aceitar a aliança com o governo Vargas.

Na prática, a tática de frente única permitiu ao PC mobilizar grandes setores da população em apoio à guerra, ao envio da força expedicionária contra a Itália fascista e a Alemanha nazista, pela anistia política, por eleições democráticas e pela convocação de uma assembleia constituinte. Em 1945, quando a guerra terminou, o

governo Vargas decretou a anistia política, tornou legais os partidos políticos, e convocou eleições para a assembleia constituinte e para um novo governo.

Apesar disso, a emergência de um movimento “queremista”, de base operária e popular, que reivindicava o direito de Vargas lançar-se candidato à presidência, levou os setores militares mais reacionários a promover um golpe, derrubar Getúlio da presidência, e impedir sua inscrição como candidato. Vargas, porém, após organizar o Partido Social Democrata - PSS com o braço direito, e estruturara o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB com o esquerdo, aceitou o golpe e decidiu apoiar o candidato mais conservador e reacionário, o general Eurico Dutra, que jamais havia escondido suas tendências fascistas.

Nas eleições de 1946, que elegeram Dutra como presidente, o PCB elegeu fortes bancadas às Assembleias Constituintes, federal e estaduais. Em termos gerais, esse partido se tornara hegemônico na esquerda e, com mais de 200 mil filiados, começara a aparecer com uma força política respeitável. Mas o momento já era de reorganização das forças imperialistas contra o que consideravam um avanço abusivo dos soviéticos na Europa e do comunismo no mundo.

Essa reorganização resultou no desencadeamento da Guerra Fria, à qual o governo Dutra se aliou prontamente. À proibição da posse dos comunistas eleitos prefeitos de Santo André (SP) e Jaboatão (PE), seguiu-se a cassação dos mandatos parlamentares de todos os eleitos pelo PC e a cassação do registro do partido, que teve que reingressar na clandestinidade. Além disso, o governo Dutra decretou o atestado de ideologia para a participação nas chapas sindicais, reprimiu as lutas operárias por melhorias salariais, combateu todos os movimentos sociais e políticos democráticos, e adotou o agrarismo como política de desenvolvimento econômico.

A reação comunista à ofensiva reacionária, comandada pelo general e presidente Dutra, que fora ministro da guerra durante a ditadura Vargas, apareceu na forma do Manifesto de Agosto de 1950, que reiterou o imperialismo e os restos semifeudais como princi-

país inimigos, propôs a formação de uma frente democrática de libertação nacional dirigida pela classe operária, estabeleceu a luta armada como forma de luta principal, e orientou o partido a criar um movimento sindical independente.

Essa linha política procurava aproveitar o crescimento do movimento nacionalista, a exemplo do “petróleo é nosso”, mas não levou em conta os esforços de setores da burguesia e da pequena burguesia para incentivar a industrialização, aproveitando-se dos capitais excedentes norte-americanos. Também não considerou os movimentos dentro dos sindicatos para burlar as proibições governamentais. Desconsiderou totalmente que a luta armada não estava na ordem do dia e que crescia o movimento para trazer Vargas ao governo nas eleições presidenciais seguintes, como ocorreu realmente.

O novo período Vargas ocorreu justamente num período de acirramento da contraofensiva do imperialismo americano contra o que considerava “expansão comunista”. Embora tivesse derrotado a luta dos guerrilheiros gregos contra sua monarquia, fora incapaz de evitar a vitória do PCC na China, e sobrava-lhe a possibilidade de sangrar a revolução chinesa através de uma guerra na Coreia.

O governo Vargas foi pressionado pelos Estados Unidos para enviar uma força expedicionária para participar da aliança de 14 nações contra a Coreia do Norte. Valeu-se, porém, de um movimento popular contra esse intento para justificar a ausência de tropas brasileiras naquele país asiático. Mas ao curvar-se ao movimento “O Petróleo é Nosso”, decretar o monopólio estatal do petróleo, e fundar a Petrobras, viu-se diante de uma crescente reação contra o avanço da linha industrialista.

Contra essa linha juntaram-se, pelo centro, as falcaturas e negaças de diversos de seus aliados e servidores do palácio do governo; pela direita a campanha diuturna da União Democrática Nacional - UDN contra supostas ou autênticas corrupções no governo e abertamente por um golpe militar; e, pela esquerda, a oposição inflexível do PC contra a suposta política de subordinação de Vargas ao imperialismo norte-americano. Vargas contava tão-somente com o

apoio incondicional do PTB, que também estava sendo assediado em virtude da política de valorização do salário mínimo levada a cabo por seu ministro do Trabalho, João Goulart. Como em 1930, parecia criar-se uma situação revolucionária em que, aparentemente, as contradições nas classes dominantes desempenhavam o papel principal.

O atentado que causou a morte de um major da Aeronáutica, que servia de guarda-costas de Carlos Lacerda, líder da UDN e principal alvo da ação, precipitou os acontecimentos, criando um ambiente favorável para o golpe. É provável que Vargas tivesse alguma ideia de que um apelo seu para as massas operárias e populares poderia ter um desfecho favorável a si, mas desfavorável ao conjunto de sua classe. Preferiu o suicídio, em 1954. A reação e as mobilizações populares contra sedes, jornais e comitês de campanha de candidatos antivarguistas talvez tenha mostrado que a suposição do presidente não era de todo incorreta. Havia uma situação pré-revolucionária que poderia ter se transformado numa guerra civil.

Passado o susto das manifestações e da ira popular, o PCB fez um giro de 180 graus em sua política. A linha do Manifesto de Agosto já vinha sendo cortada aos pedaços. Em 1952 foi modificada a orientação sindical, o que permitiu ao PC ter papel saliente nas grandes greves de 1953. Em 1954, o IV Congresso do PC manteve como entraves ao desenvolvimento nacional o imperialismo e os restos feudais, reiterando que a revolução brasileira ainda se encontrava na etapa democrático-burguesa e teria como forças principais o proletariado, a pequena burguesia urbana e rural e a burguesia nacional. As suas principais tarefas seriam a reforma agrária, o desenvolvimento nacional, e a democratização da vida política.

A proposta de aliança com o PTB, na comoção do suicídio de Vargas, enterrou de vez o Manifesto de Agosto de 1950, embora jamais tivesse havido uma avaliação crítica a respeito. Essa aliança incluía o apoio à candidatura de João Goulart – Jango, à vice-presidente, e incluiu logo depois a aliança com o PDS, que tinha Juscelino Kubitchek - JK como candidato a presidente, nas eleições de 1955.

No entanto, as tentativas de impedir as eleições, ou a posse dos eleitos, através de um golpe militar continuaram frenéticas, especialmente por parte da UDN e de militares ligados aos norte-americanos. Em novembro de 1955, esse golpe foi tentado, mas a maioria das forças armadas se colocou contra, e ele falhou fragorosamente. JK e Jango foram empossados, significando para o PCB o direito de ter atuação legal, mesmo sem ser oficialmente legalizado e de enfrentar as contradições do Plano de Metas de JK, de desenvolvimento de 50 anos em 5 anos.

Surto democrático e industrialização subordinada

JK possuía uma ideia relativamente clara das mudanças pelas quais passavam os capitalismo americano e europeu. Antes dos anos 1950, recusavam-se a permitir que os países atrasados do ponto de vista capitalista se industrializassem, para evitar que se tornassem competidores no mercado internacional. Mas a acelerada acumulação de capitais, resultante dos grandes lucros obtidos pelos capitais norte-americanos durante a guerra, e também da rápida recuperação pós-guerra da Europa Ocidental e do Japão, colocou essas potências imperialistas diante da necessidade de exportar capitais, na forma de investimentos industriais, como forma de continuar arancando lucros complementares desses países.

Dessa forma, o Brasil da segunda metade dos anos 1950, sob o governo JK, pode assistir a uma intensa industrialização comandada por empresas norte-americanas, alemãs, francesas e japonesas nos setores automobilístico, naval, metal-mecânico e químico-farmacêutico. A burguesia nacional alia-se a essas empresas sob o manto do desenvolvimentismo. O Estado, por sua vez, além de não estabelecer qualquer condição para a entrada dos capitais externos, tendo em vista um projeto soberanamente nacional, assume os custos das obras de infraestrutura necessárias à instalação das plantas industriais daquelas empresas.

Com vistas a facilitar o deslocamento da mão-de-obra presa nos latifúndios para conformar o exército de força de trabalho necessário ao funcionamento do parque produtivo industrial, o governo estendeu a legislação trabalhista ao campo, sem no entanto mexer na estrutura agrária monopolizada pelos latifúndios. Ficou cada vez

mais claro que às burguesias brasileira e estrangeira não interessava a reforma agrária porque esta poderia reter na agricultura a força de trabalho necessária à indústria, ao comércio e aos serviços.

Esse processo ocorreu paralelamente ao crescimento das lutas de libertação nacional na Ásia e na África, muitas delas orientadas para uma solução socialista, tornando a Guerra Fria ainda mais acirrada. Nesse cenário internacional, o crescimento das lutas operárias, a exemplo da grande greve de 1957, a ampliação das organizações e movimentos camponeses, como a Liga Camponesa, assim como a eclosão de movimentos populares diferenciados, parecem fazer parte do plano geral de expansão do comunismo.

O contraponto a essa evolução interna no Brasil foi o acirramento das lutas parlamentares comandadas pela UDN e das conspirações militares e civis para estabelecer uma ditadura claramente anticomunista. Comunistas passaram a ser considerados todos os sindicalistas que lutavam por salários maiores, todos os políticos que defendiam a extensão dos direitos democráticos a todos os cidadãos, e todos os que se declaravam a favor da liberdade de crença religiosa e política.

Pela esquerda, por outro lado, crescia o número dos que colocavam em dúvida a justeza da estratégia oficial etapista do PCB. Isso não só acirrou a discussão sobre o projeto revolucionário brasileiro, como levou à formação de novos agrupamentos políticos de esquerda, críticos das políticas do PC, a exemplo da Política Operária - Polop. Esse debate, porém, foi atropelado, em 1956, quando veio à luz o chamado “relatório secreto” de Krushiov, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética. Esse relatório fazia um ataque unilateral ao “culto da personalidade” e aos “crimes de Stálin”, e sustentava a possibilidade e a imperiosidade de seguir um caminho revolucionário pacífico na luta pelo socialismo.

O debate em torno da estratégia revolucionária socialista no Brasil viu-se, então, desviado para a discussão em torno do chamado “mandonismo” dentro do PCB, e em torno da forma de luta principal. Com isso, foram invertidos e embrulhados com essas questões

todos os termos das definições estratégicas e táticas. Nesse processo, em 1958, as correntes hegemônicas internas no PCB elaboraram e fizeram aprovar a chamada Declaração de Março. Nesta, reiteraram o papel “revolucionário” da burguesia nacional; reafirmaram a necessidade de enfrentar o imperialismo norte-americano e liquidar os restos semifeudais através da reforma agrária; e confirmaram o caminho pacífico da revolução brasileira. Essas seriam as condições essenciais para ingressar na etapa democrático-burguesa e, depois, avançar no rumo socialista.

Em termos práticos, à Declaração de Março seguiram-se várias medidas não aprovadas formalmente no plenário da direção central do PC: o PCB, de Partido Comunista do Brasil, passaria a ser registrado como Partido Comunista Brasileiro, de modo a abrir condições para nova legalização partidária oficial; os nomes dos veículos da imprensa do partido também foram mudados; e todos os que se mostraram recalcitrantes em não aceitar tais mudanças passaram a ser expulsos do partido.

O período que vai de março de 1958 às eleições presidenciais de 1960 foi marcado, porém, por dois acontecimentos contraditórios. Em janeiro de 1959 a revolução armada cubana colocou em dúvida as teses do “indispensável” caminho pacífico das revoluções. E nas eleições de 1960, no Brasil, o candidato das forças de esquerda, centro e centro-direita, o general Lott, foi derrotado pelo candidato da direita udenista, Jânio Quadros. Embora Jango, o candidato a vice (na época, os votos no presidente e no vice eram separados) fosse eleito, a derrota à presidência fez emergir dúvidas ainda maiores sobre as estratégias e as táticas do partido hegemônico da esquerda.

Para complicar o cenário político, Jânio era um populista que achava necessário utilizar manobras esquerdistas para consolidar sua imagem política de líder popular. Assim, mesmo tendo sido eleito com o apoio de forças políticas reacionárias e golpistas, Jânio considerou normal manter suas manobras pela esquerda, a exemplo do apoio ao sequestro de uma embarcação portuguesa por dissidentes da ditadura salazarista, da condecoração a Che Guevara, e do envio

do vice-presidente Jango à China, para iniciar conversações de reconhecimento diplomático da República Popular.

Essas e outras manobras, que visavam embaraçar principalmente a esquerda, não foram entendidas pela direita. Assim, em 1961, quando Jânio assinou uma carta renunciando à presidência, por estar supostamente encontrando resistências poderosas a seus planos governamentais, na expectativa de que seria reconduzido ao governo pela direita militar e política, essa direita já não tinha confiança nele e tentou transformar a renúncia em golpe, impedindo a posse do vice-presidente Jango. No entanto, a intensa mobilização popular e dos setores militares nacionalistas e progressistas criou uma situação que podia levar a uma situação de mudança revolucionária.

Diante disso, os golpistas procuraram negociar. E, ao contrário das expectativas dos grandes contingentes populares e militares mobilizados para impor a posse legal de Jango, este, com o apoio do PCB, decidiu chegar a um acordo com os golpistas, aceitando a imposição do parlamentarismo e comprometendo-se a não puni-los. Em outras palavras, ao invés de cortar o mal pela raiz, destituindo os militares golpistas de seus postos de comando e aplicando uma lição corretiva na direita política, Jango e o PCB preferiram um acordo que representou uma semi-vitória dos golpistas e os deixou livres para continuar conspirando contra a democracia.

O período de 1962 a 1964 marca não só a continuidade da mobilização por reformas estruturais de cunho social, mas também a permanente, aberta e descarada conspiração e pregação golpista da direita militar e civil, em linha direta com a embaixada norte-americana. A piora nas condições econômicas era associada aos pretensos planos de fundação de uma “república sindicalista”, ou da “comunização” do país. Massas católicas foram mobilizadas para marchas em defesa de “Deus, da família e da propriedade”. Não era necessário ser um acadêmico especializado em política para perceber que estava sendo montado um golpe militar, com apoio civil, de caráter reacionário.

Apesar disso, à esquerda o processo de dispersão e fragmentação continuava seu curso. Parte considerável dos dirigentes e mili-

tantes expulsos do PCB decidiu “reorganizar” o Partido Comunista do Brasil, que a partir de então passou a ser reconhecido pela sigla PCdoB. E logo depois, a esquerda católica organizou a Ação Popular – AP. Assim, além da Polop e das Ligas Camponesas, surgiam correntes e organizações políticas em franca dissidência com a estratégia e as táticas do antigo PCB, subordinadas ao pretendido “caminho pacífico”.

Apesar das evidentes dissidências à esquerda, o PCB ainda mantinha o papel hegemônico, e tinha peso político e sistema organizativo capaz de avaliar o grau de preparação do golpe militar. Poderia, portanto, contribuir decisivamente para mobilizar o contragolpe, tanto popular, quanto militar. No entanto, dentro do PCB era arraigada a crença não só no caminho pacífico da revolução brasileira, mas também no caráter democrático das forças armadas, e na força do “dispositivo militar” de Jango. Portanto, seria desnecessária qualquer medida preventiva. No dia 30 de março de 1964 o secretário-geral do PCB chegou a declarar que os comunistas estavam próximos a participar do poder.

Ocorreu o contrário a partir do dia seguinte. Enquanto as tropas acantonadas em Juiz de Fora dirigiam-se para o Rio de Janeiro, o dispositivo militar de Jango e o próprio Jango continuaram inativos. Sem ordem de combate do presidente, que se negou a dá-las, as demais guarnições militares foram fazendo acordos com os golpistas, ou sendo tomadas por eles sem oferecer resistência. Foi totalmente desnecessária a perspectiva norte-americana de desembarcar fuzileiros navais para apoiar logística e militarmente aos golpistas. Em dois dias o golpe se consolidou como vitorioso.

Com o impacto dessa derrota, e na ausência de uma perspectiva real de resistência, ocorreu uma implosão generalizada na esquerda. Ao lado dos dissidentes PCdoB, Liga Camponesa, POLOP e AP emergiram inúmeras outras “Dissidências”, que foram constituindo organizações políticas diferentes, como ANL, MR8, PCBR, COLINA, VPR e outras. Em geral, essas novas dissidências, embora antes houvessem apoiado as estratégias pacifistas e conciliadoras

do PCB, tinham em comum com as dissidências mais antigas duas crenças: a de que o imperialismo seria incapaz de desenvolver as forças produtivas no Brasil, por tender à estagnação; e a de que o golpe era um sinal de fraqueza da burguesia, estando maduras as condições para desencadear a revolução armada.

Divergiam, porém, quanto a diversas outras questões estratégicas. Um consideravam que a força revolucionária fundamental eram o operariado e a pequena burguesia urbana, enquanto outros supunham ser o campesinato. Quanto ao cenário principal da luta armada, um consideravam ser as zonas urbanas e outros as zonas rurais. Algumas dessas organizações afirmavam que a forma principal da luta armada deveria ser a guerrilha urbana, sabotagens, atos de expropriação e sequestros, enquanto outros defendiam ser a guerrilha rural.

Havia ainda divergências consideráveis quanto à tática geral. Algumas defendiam a necessidade de levantar as bandeiras de assembleia constituinte e anistia política para unificar todas as forças contrárias à ditadura, enquanto outras consideravam que bastava levantar a luta direta pelo socialismo. Essas divergências permaneceram por um longo período, impedindo a constituição de uma frente única mais ampla contra a ditadura.

Ditadura militar e novo surto de industrialização subordinada

A ditadura militar imposta em 1964 destinava-se, teoricamente, a combater e desenraizar a corrupção, impedir a implantação do comunismo e recuperar os direitos democráticos. Na prática, ela visava impedir o processo de democratização da sociedade, manter o desenvolvimento subordinado da economia, privatizar as empresas estatais, e liquidar todas as correntes que defendiam um caminho democrático, popular e / ou socialista para o país.

Para impedir a democratização da sociedade o melhor caminho era uma ditadura sem rebuços, dirigida pelos militares, que colocassem o conjunto da sociedade em ordem unida para cumprir as ordens emanadas do alto comando. No entanto, isso significava romper, de imediato, com a maioria dos civis que haviam apoiado o golpe. Além disso, uma ditadura plena teria péssima repercussão internacional, mesmo no centro do capitalismo, que sempre recomendava a necessidade de manter aparências democráticas.

Foi essa contradição que colocou em disputa duas linhas, ou dois grupos diferenciados de militares, popularmente conhecidos como os “duros” e os “moles”. Em toda a história da ditadura, esses grupos tinham estratégias e táticas diferentes, embora seus objetivos básicos tenham coincidido na maior parte do tempo. No primeiro período, sob o comando do general Castelo Branco, prevaleceram os moles, embora os duros tenham praticado tropelias inomináveis.

Para manter o desenvolvimento subordinado da economia já não bastava escancarar as portas para os investimentos estrangeiros. Era necessário renovar e ampliar consideravelmente a infraestrutura industrial e logística, e reduzir substancialmente o custo da força

de trabalho. O item da infraestrutura só poderia ser atendido se o Estado realizasse investimentos pesados, incluindo a preparação dos projetos executivos, a organização da construção pesada, e a execução das obras. Essa necessidade explica, em grande parte, porque ao invés de privatizar as estatais, como inicialmente previsto, a ditadura militar ampliou seu número para atender a implantação dos projetos indispensáveis para a entrada de novos investimentos estrangeiros no país.

Já o item da redução substancial do custo da força de trabalho só poderia ser resolvido se a massa de trabalhadores agrícolas presos por endividamento com os latifundiários fosse libertada e estimulada a procurar emprego nas novas cidades industriais. A reforma agrária, também prometida pelos militares com a proclamação do Estatuto da Terra, na verdade enveredou pela modernização dos latifúndios e sua transformação em empresas agrícolas com produção voltada principalmente para o mercado externo.

O Banco do Brasil foi transformado em banco de última instância para projetos de mecanização, substituição de lavouras antigas por novas, transformação de florestas em pastagens, e assim por diante. Em decorrência desse processo, dezenas de milhões de antigos camponeses puderam ser expulsos das velhas lavouras e pastos, e migraram para os oásis de empregos nas novas indústrias. A “modernização” conservadora do latifúndio, e sua transformação em “agricultura capitalista” foi a forma encontrada pela ditadura militar brasileira para resolver o seu problema agrário e “libertar” a força de trabalho presa nos campos pelas “dívidas de fornecimento”.

Já para liquidar todas as correntes que defendiam um caminho democrático, popular e/ou socialista para o país seria necessário empregar métodos ainda mais violentos do que os aplicados durante a ditadura Vargas, seguindo as modernas orientações “antiterroristas” aplicadas pelos americanos, ingleses e franceses nas guerras de libertação na Ásia e na África, nas quais a tortura desempenhava um papel crucial.

Os primeiros experimentos de tortura ocorreram durante o governo Castelo Branco, principalmente no Nordeste, embora tenham

estado presentes em outras localidades, como em Barra Mansa-RJ. Tomando como justificativa as ações armadas de resistência, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, a organização policial-militar para o combate sem trégua aos insurgentes e opositores de qualquer tipo evoluiu das atividades dispersas dos serviços secretos do Exército, Marinha, Aeronáutica e Dops das polícias estaduais, para os Doi-Codis reunindo elementos civis e militares especializados em busca, apreensão, tortura, assassinato e desaparecimento de corpos.

Entre 1964 e 1973 a ditadura militar conseguiu ampliar o leque de seus opositores políticos, apesar de manter o parlamento funcionando como vitrine para os incautos acreditarem que a democracia continuava funcionando. Ela primeiro instituiu o Alto Comando das Forças Armadas como legislador, executivo e judiciário mor. Durante a crise de 1968, causada tanto pelas manifestações populares massivas, quanto pela doença fatal do general Costa e Silva, então presidente, o Alto Comando do Exército assumiu a prerrogativa não só de legislar, executar, julgar e condenar, como de escolher o presidente de rodízio. Desse modo, transformou-se numa casta privilegiada, à qual todos deviam vassalagem, disseminando descontentes por toda parte.

Porém, nesse mesmo período, a ditadura conseguiu rearrumar a economia, colocar em prática seus planos de desenvolvimento subordinado, obter altas taxas de crescimento (que cunhou de “milagre econômico”) e dar a impressão de que tal desenvolvimento seria eterno. Portanto, quem estivesse satisfeito devia amá-la, e quem não estivesse, deveria deixar o Brasil. Era o que proclamava a canção da época, encomendada pela máquina de propaganda do regime. O setor industrial, majoritariamente estrangeiro, estava lucrando o que achava merecer, tendo por base uma considerável população trabalhadora excedente (exército industrial de reserva), e uma forçada contenção salarial, além de uma fiscalização frouxa contra os acidentes de trabalho.

Foi também no período entre 1968 e 1973 que a ditadura conseguiu liquidar com a grande maioria das organizações opositoras

de cunho socialista e comunista, tanto as que propugnavam a luta armada quanto as que defendiam um caminho pacífico de resistência, ou simplesmente não concordavam com o sistema ditatorial militar. Apesar disso tudo, algo não andava bem.

No terreno internacional, a essa altura os Estados Unidos estavam reformulando sua estratégia de luta contra o comunismo. Caracterizada pelo combate em todas as frentes, essa estratégia levava à derrota no Vietnã e impedia o imperialismo hegemônico de concentrar suas forças contra o inimigo principal, a União Soviética. Num processo de retirada estratégica, os Estados Unidos cortaram relações diplomáticas com Taiwan; levantaram o bloqueio econômico, diplomático e militar contra a República Popular da China, e a reconheceram como um só país; prepararam sua saída do Vietnã; voltaram a hastear a bandeira da democracia como instrumento de luta contra os soviéticos; e deram os primeiros passos para desencadear uma corrida armamentista de novo tipo.

Os Estados Unidos também descobriram que, apesar dos excedentes de capitais acumulados, sua taxa média de lucro estava entrando em colapso. Seria necessário que suas corporações empresariais intensificassem suas exportações de capitais. Isto, tanto na forma de especulação financeira e compra e realocação de ativos em países estrangeiros, quanto na forma de realocação de plantas industriais completas ou segmentadas em países agrários, ou agrário-industriais de baixos salários. Com isso, podiam extrair altas taxas de mais valia absoluta e reduzir a tendência de queda de sua taxa média de lucro.

Foi nesse contexto que os Estados Unidos concordaram com a nacionalização de empresas de exploração e produção de petróleo pelos países produtores e sua organização na OPEP, e com a elevação dos preços do óleo negro, desde que os lucros desses produtores fossem depositados em bancos estadunidenses (petrodólares). Isso lhes permitiria dar um salto no processo de especulação financeira, emprestando dinheiro alheio a baixo custo e, depois, majorando as taxas quando a ocasião fosse propícia para isso.

Esse movimento tendia a causar pelo menos dois choques. Um, imediato, relacionado com a elevação do preço do petróleo, provocando crises nos países grandes importadores dessa energia, como o Brasil. Outro, de médio prazo, nos países tomadores de empréstimos, quando os juros subissem.

Longo declínio ditatorial e transição conciliada

O choque do petróleo murchou o “milagre econômico” ditatorial e tornou impraticável a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para fazer frente às dificuldades, inclusive através da implantação do programa de produção de etanol combustível, e manter alguma coisa do ritmo de crescimento econômico, a ditadura mergulhou nos empréstimos de petrodólares. Essa situação aprofundou a descrença na capacidade militar, levando vários setores das três armas a defenderem, aberta ou sigilosamente, uma operação de retirada estratégica para salvar as forças armadas da inevitável desmoralização quando a crise se tornasse incontornável.

Em 1974, mal a crise havia se implantado, o partido da ditadura, a Aliança Revolucionária Nacional – Arena, sofreu uma derrota esmagadora nas eleições parlamentares para o partido opositor consentido, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Esse revés, por um lado, tornou conflituosas as disputas e cisões internas no estamento militar. Por outro lado, começou a tornar viável a possibilidade de impor derrotas à ditadura através do processo eleitoral, embora não a ponto de destroná-la. Tanto que o governo Geisel pode adotar uma série de medidas para impedir que a vitória parlamentar do MDB se traduzisse em projetos e leis passíveis de enfraquecer o sistema, embora prometendo uma “distensão lenta e gradual”.

Em 1975, porém, a ditadura não pode conter a onda de protestos que cercou o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no Doi-Codi de São Paulo. Essa onda colocou milhares de pessoas nas ruas e na Praça da Sé, pela primeira vez após a passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, em 1968. A partir daí, começaram a tomar corpo movi-

mentos operários e populares por reposição salarial e contra o aumento do custo de vida, ao mesmo tempo em que se multiplicaram as reclamações contra as arbitrariedades do regime, e ganharam corpo as lutas pela convocação de uma assembleia constituinte e pela anistia aos presos políticos. A resposta do aparato repressivo foi o assassinato e “desaparecimento” de oito dirigentes do PCB, que defendiam a via pacífica e acreditaram que o caminho da “distensão” estava pavimentado para a democratização.

No início de 1976, um novo assassinato, do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do Doi-Codi de São Paulo, colocou a descoberto as discrepâncias entre as duas principais correntes militares. A linha dura do regime pretendia intensificar o processo repressivo e impedir qualquer concessão ou “distensão”, enquanto a linha então representada por Geisel e Golberi na verdade já havia ingressado num processo de retirada estratégica, ou de “volta aos quartéis”, como chegaram a declarar alguns altos oficiais das forças armadas.

Embora a demissão fria do general comandante responsável pelo Doi-Codi de São Paulo tenha representado um golpe contra a “linha dura”, isso não significou o desmonte do aparato repressivo e principal responsável pelos assassinatos, torturas e desaparecimentos de opositoristas. Tanto que, em dezembro desse mesmo ano, já sob o comando de um general adepto da “distensão”, o Doi-Codi de São Paulo participou ativamente do “massacre da Lapa”, que matou dois dirigentes do PCdoB, e foi responsável pela morte de João Baptista Franco Drummond em suas dependências.

Mesmo assim, os movimentos sociais já começavam a não temer o lado meliante das forças repressivas. Isso se expressou, em 1977, no movimento de reorganização da União Nacional dos Estudantes e, 1978, na eclosão dos movimentos grevistas do ABC paulista. Neste caso, após vários anos de amadurecimento, a nova classe operária se levantou em luta e mostrou sua força e independência de classe.

Foi a entrada da classe operária na luta, primeiro com suas reivindicações econômicas e, logo depois, com claras demandas políticas, que empurrou a “distensão lenta e gradual” para a “abertura

política” do regime militar, incluindo a anistia política e a reorganização partidária. A anistia aprovada pelo Congresso, em 1979, além de não incluir os revolucionários acusados de “crimes de sangue”, beneficiava não só os perseguidos políticos em oposição à ditadura. Incluiu também os membros da ditadura acusados de crimes contra a oposição, o que procurava impedir processos e condenações aos membros da repressão ditatorial relacionados com as práticas de torturas e assassinatos de prisioneiros políticos.

A reorganização partidária previa a formação de três partidos: o Partido da Frente Liberal – PFL, reunindo os membros da Arena, que sustentara a farsa do funcionamento do Congresso Nacional durante a ditadura militar; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, congregando a maior parte dos membros do MDB; e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, englobando parte dos membros do antigo MDB que tinham militado nesse partido antes do golpe militar. Com isso, e garantindo a direção do PTB por Ivete Vargas, a ditadura procurava dividir a frente oposicionista, na esperança de que PTB e PMDB tivessem mais contradições do que pontos de unificação.

Leonel Brizola, porém, que chegara do exílio e pretendia reerguer o PTB, não concordou com as manobras da ditadura e fundou o Partido Democrático Trabalhista – PDT. Além disso, numa demonstração clara de independência de classe, os sindicalistas que haviam assumido a direção das greves operárias a partir de de 1978 aproveitaram a reorganização partidária para fundar o Partido dos Trabalhadores – PT, declarar seu objetivo socialista, e propor “eleições diretas já” para dar fim à ditadura.

Esse empuxe social e político coincidiu, para desgosto da ditadura, com a nova crise do petróleo e com a crise da dívida externa dos países que haviam aproveitado as ofertas enganosas dos “petrodólares”, inclusive o Brasil. O general presidente Figueiredo ainda conseguiu manter o calendário eleitoral, com as eleições municipais de 1982, e as eleições parlamentares e a sucessão presidencial em 1984, de modo a completar o processo de retirada estratégica

das forças armadas. Porém, viu-se crescentemente às voltas com a estagnação econômica, com as demandas de “eleições presidenciais diretas”, com a desagregação das forças de sustentação do regime, e com a transformação da estrutura repressiva em órgãos terroristas.

Esses órgãos foram responsáveis pelo envio de cartas bombas a personalidades e instituições democráticas, e tentaram um verdadeiro morticínio na comemoração do 1º de maio de 1981, no Rio Centro. A farsa de encobrimento dos responsáveis pelo fracassado atentado marcou o declínio final do domínio militar. Nos três anos seguintes, acochado pela campanha das “diretas-já”, o regime negociou a negação do projeto de eleições diretas por uma transição através da eleição indireta de um civil membro do Congresso Nacional.

O Partido da Frente Liberal – PFL, que substituíra a Arena, e congregava os políticos que haviam apoiado a ditadura militar desde o início, entrou em crise em virtude da disposição da ala dirigida por José Sarney em apoiar o candidato do PMDB. A decisão da maioria do PFL, lançando Paulo Maluf como candidato a presidente, levou ao rompimento de Sarney e de seu grupo, que ingressaram no PMDB. De qualquer modo, o projeto de “diretas já” foi derrotado, e a eleição indireta, em 1984, consagrou Tancredo Neves como novo presidente, tendo Sarney como vice.

Assim, ao contrário do que supunham vários exilados que retornaram ao Brasil após a anistia, e vários outros revolucionários que haviam permanecido na clandestinidade, não se criou no Brasil qualquer nova situação revolucionária com a crise e declínio do regime militar. Nesse período, os principais problemas dos de baixo eram a exploração capitalista, o desemprego, e a falta de terra, moradia e liberdades. Mas os de cima, principalmente a burguesia, agiram no sentido de esvaziar o regime militar e evitar que as lutas operárias e populares evoluíssem para uma situação revolucionária.

As concessões econômicas e políticas dos de cima agiram no sentido de impedir que os de baixo não chegassem ao ponto de não quererem mais viver como até então. Conseguiram fazer com que o regime militar assimilasse as grandes mobilizações democráticas e

transitasse para um regime de democracia formal, praticando concessões sucessivas às forças populares e democráticas. E, no início dos anos 1980, mesmo dividida diante das mudanças que vinham ocorrendo no mundo, assim como em relação ao grau de abertura que a democracia deveria atingir, a burguesia havia retomado a hegemonia ideológica e o domínio sobre o aparato do Estado, e pode completar a transição pactuada do regime militar para o regime civil e manter as eleições indiretas de 1984.

A transição pactuada ou conciliada foi mantida mesmo após a morte de Tancredo, antes da posse, em seu lugar assumindo o vice, José Sarney, em 1985. Durante essa presidência de transição, o parlamento eleito em 1984 transformou-se em Assembleia Constituinte e elaborou a chamada Constituição Cidadã, em 1988, introduzindo direitos formais que dependiam de demoradas regulamentações, a exemplo da democratização da propriedade das empresas de telecomunicações. Introduziu também as eleições diretas para presidentes e governadores, mandato presidencial de quatro anos, com eleições marcadas para 1989, e direito de voto para os analfabetos.

Esse período foi marcado ainda pela continuidade da crise da dívida externa e da estagnação econômica, pelo crescimento acentuado da inflação, do desemprego e da miséria de massa, e pela pressão das demandas neoliberais pela desregulamentação financeira e abertura ainda maior da economia brasileira ao mercado internacional. Paradoxalmente, seja pelo aumento do desemprego, seja pela ampliação das liberdades democráticas, a mobilização e as lutas sociais decresceram, enquanto aumentou a participação política dos trabalhadores e das camadas populares. O que se refletiu na legalização de novos partidos políticos, como o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, reunindo dissidentes progressistas do PMDB, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, e os Partidos Comunistas, Brasileiro e do Brasil.

O centro do debate político se voltou principalmente para as propostas de retomada do desenvolvimento. O neoliberalismo tinha um projeto claro de desregulamentação do sistema financeiro, comba-

te à inflação através da elevação dos juros e da compressão da demanda, e abertura total ao mercado internacional de capitais, como condição para o desenvolvimento. As outras correntes “desenvolvimentistas” variavam de cópias deformadas do neoliberalismo a nuances keynesianas (intervenção do Estado para o desenvolvimento capitalista), e socialistas (auditoria e moratória da dívida externa, políticas estatais de melhoria salarial e redistribuição da renda contra a fome e a miséria, reforma agrária).

Os principais partidos tiveram candidatos no primeiro turno, enquanto entre os pequenos partidos apenas o PRTN apresentou Fernando Collor como candidato. Do ponto de vista tático, o PMDB apresentou o papel de Ulisses Guimarães na Constituinte como seu principal feito. O PSDB destacava o papel democrático e honesto de Covas. O PDT destacava Brizola como continuador de Vargas. O PT apresentava Lula como a nova esperança dos trabalhadores e dos pobres. Collor, por seu lado, apresentava-se como o “caçador de marajás” e aquele que iria resolver os problemas dos “descalços” e “descamisados”.

Na prática, a principal massa em disputa foi aquela que Collor classificava de “descalços” e “descamisados”, composta da enorme fração de desempregados, analfabetos, favelados, moradores das periferias urbanas, biscateiros etc etc. Essa massa era muito sensível às propostas demagógicas de “caça aos marajás” e “tirar dos ricos para dar aos pobres”, assim como à suposição de que “para ser governo não pode ser igual a nós”.

No processo eleitoral para conquistar parte importante dessa massa, o sucesso do PT no primeiro turno consistiu justamente em combinar uma campanha de massas com o desmascaramento daquelas propostas demagógicas. Foi Lula que tirou de Collor parte daquelas camadas pobres e desvalidas, que até então não acreditavam que alguém igual a eles poderia ser presidente do Brasil.

No segundo turno entre Collor e Lula, as condições tornaram-se mais complexas. Uma parte do PT recusou o apoio de Ulisses Guimarães, enquanto o PDT fez muitas exigências para apoiar o “sapo

barbudo”, e o PSDB só entrou na frente de apoio a Lula quando sua militância já estava engajada na campanha. Collor, por sua vez, continuou atacando os empresários, embora os acalmasse por baixo dos panos. Na reta final da campanha, a candidatura Lula talvez tenha mobilizado mais de 2 milhões de voluntários, mas a candidatura Collor tinha o apoio real de todo o grande empresariado, de setores consideráveis da média e pequena-burguesia, e da máquina do Estado, apesar dos ataques a Sarney.

Neoliberalismo: chamem os trabalhadores para nos salvar

Vitorioso e empossado, foi Collor quem deu início às reformas neoliberais, confiscando as poupanças (medida que acusava Lula de querer praticar) ao mesmo tempo em que punha em funcionamento uma máquina de extorsão de ativos empresariais para construir sua própria corporação capitalista. A expropriação chegou a tal ponto que a própria burguesia se viu na contingência de dar um basta e apoiar o movimento de impeachment desencadeado pelos estudantes e diferentes camadas populares.

No entanto, o vice-presidente Itamar Franco foi empossado e deu seguimento à política implantada por Collor, agora contando com uma equipe socialdemocrata já conquistada pela linha neoliberal. Para debelar a inflação, o governo Itamar adotou um plano de juros altos, arrocho fiscal e salarial, contenção dos investimentos e câmbio valorizado. Baseando-se na expectativa de que o controle da inflação teria um efeito psicológico positivo sobre a população, independentemente do fato de que as medidas adotadas eram prejudiciais ao emprego e ao crescimento econômico, o Plano Real possibilitou a eleição de Fernando Henrique Cardoso – FHC, em 1994. Em outras palavras, a burguesia pendeu para um intelectual que tinha verniz de esquerda, e se apresentou aos de baixo como uma alternativa mais segura para liquidar a inflação, que seria o grande dragão e vilão causador da exploração capitalista.

A desregulamentação financeira promovida por FHC, combinada com os altos juros, câmbio valorizado, e privatização de estatais, produziu uma avalanche de capitais estrangeiros para o Brasil, tanto de curto prazo, para aproveitar a especulação nas bolsas e nas

commodities, quanto para a compra de empresas estatais e privadas, muitas das quais para serem transferidas para países e regiões de mão-de-obra mais barata do que o Brasil. Ao mesmo tempo, com a ideia do Estado-Mínimo como regra de Estado imperfeito e mercado perfeito, o governo FHC desmontou a capacidade de planejamento e de elaboração de projetos do Estado brasileiro.

O resultado dos primeiros quatro anos de FHC foi um constante processo de desindustrialização. Ocorreu a quebra de empresas que não suportaram os juros elevados. Foi grande a transferência de plantas industriais para fora do Brasil, como ocorreu, por exemplo, com a indústria química e com a indústria de equipamentos para gás. E os investimentos em infraestrutura energética e logística ficaram à mercê da iniciativa zero do mercado privado. Assim, foi preciso que o Plano Real fizesse água e mostrasse sua natureza neoliberal com a crise de 1997-98, desnacionalizasse e quebrasse inúmeras indústrias nacionais, vendesse a preço de banana a maioria das companhias estatais, disseminasse o desemprego, a miséria e deixasse o país paralisado em termos desenvolvimento, para que os cima se dividissem e os de baixo, incluindo uma grande parte da classe média, se decidissem a votar no operário, apesar das ameaças de retaliação do sistema financeiro internacional.

Apesar disso, para garantir a reeleição comprada de FHC foi preciso que o FMI e o Banco Mundial promovessem uma operação especial de socorro financeiro ao Brasil. Nos quatro anos seguintes, a continuidade das políticas neoliberais agravou a quebra de parque industrial e o sucateamento da infraestrutura energética e logística, intensificou o processo de oligopolização da economia pelas corporações internacionais, e incrementou a miséria de massa. A redução da classe operária industrial, em comparação com o crescimento do exército industrial de reserva, foi de tal ordem que muitos acreditaram que o proletariado havia desaparecido como classe, em grande parte também influenciados pelas teorias de emergência das sociedades pós-industriais.

De qualquer modo, criou-se uma situação crítica para a qual a própria burguesia não tinha saída. Diante disso, desde 2001 havia

uma corrente na burguesia que, impressionada com o desempenho eleitoral de Lula e com o crescimento institucional do PT, achou possível e necessário “chamar os trabalhadores” para salvar a burguesia do desastre. Uma tática desse tipo parecia não estar em qualquer manual político. Se alguém, vinte anos antes, houvesse afirmado que o país poderia chegar a um ponto em que uma parte da burguesia se veria constrangida a apoiar um operário para a presidência da república, e que a burguesia, como classe, se veria obrigada a passar o governo, isto é, uma parte do poder, a um operário, certamente esse alguém seria chamado de idealista delirante.

A eleição de Lula, em 2002, representou uma revolução cultural entre os de baixo, já que estes superaram a ideologia de que jamais poderiam eleger alguém igual e eles, pois os únicos capazes de governar o país seriam os letrados. Apesar disso, a eleição do operário para a presidência não resultou de qualquer situação revolucionária. Resultou apenas de uma decisão das grandes massas populares brasileiras, e de parte considerável da burguesia, de experimentar o caminho eleitoral como um caminho viável de mudanças sociais e políticas. Pode-se até achar que elas estavam iludidas, que num determinado momento a burguesia tentaria acabar, por bem ou por mal, com essa experiência, mas seria um engano estratégico que a esquerda tentasse abortar tal experiência.

A incompreensão em torno disso levou a avaliações pouco consistentes sobre a realidade e sobre o governo Lula. Os problemas dos de baixo reduziram-se em parte, mas continuaram presentes (exploração capitalista, desemprego, terra, moradia, educação, saúde, pouco acesso à liberdade). Apesar disso, a maior parte dos de baixo considerava que o governo estava no caminho da mudança, e não no caminho dos governos anteriores.

Os de cima perderam parte do governo, continuaram divididos, mas mantinham a hegemonia ideológica e o domínio sobre o conjunto do aparato de Estado e se viam obrigados a manter as regras democráticas formais que criaram e, em parte, estavam se voltando contra eles. Assim, não ocorreu uma situação revolucionária, nem

uma forte mobilização social, mas emergiu uma situação que não estava em qualquer manual, seja da esquerda, seja da direita.

Teoricamente, seria necessário ter um governo de coalizão, em que socialistas e comunistas dirigissem, mesmo que precariamente, mas que quebrassem, mesmo devagar e paulatinamente, a política neoliberal, recompondo o papel econômico do Estado, estimulando o desenvolvimento das forças produtivas, barrando a continuidade da privatização das empresas estratégicas, redistribuindo renda, reduzindo a miséria, impedindo que os movimentos populares fossem criminalizados, integrando a América do Sul, aumentando a presença do Brasil no mundo, em aliança com os países em desenvolvimento.

Isto é, um governo que não seria revolucionário, nem poderia ser, porque não era resultado de uma situação revolucionária nem pós-revolucionária. Um governo que não mobilizaria os trabalhadores, porque esse seria um papel dos partidos, não do Estado. Um governo que permitiria a continuação da exploração capitalista porque não houvera qualquer revolução liquidando ou superando o capitalismo. Um governo que teria que fazer alianças com partidos e políticos da burguesia, entre os quais havia oligarcas, conservadores e corruptos porque não seria possível fazer um governo de coalizão sem incluí-los. E um governo que não conseguiria implantar a reforma agrária completa, entre outras coisas, porque a maior parte da agricultura brasileira tinha se tornado capitalista.

Por outro lado, seria um governo atacado pela direita, primeiramente por supostamente ser “aparelhado pelo PT”, como se todos os governos passados jamais tivessem sido aparelhados pelos partidos da burguesia. Depois, seria atacado por praticar o estatismo, como se a utilização das estatais como instrumentos de desenvolvimento econômico fosse um crime. Seria atacado, ainda, se não seguisse a política do Banco Central, tentasse implantar políticas de crescimento, e praticar o *populismo*, isto é, medidas que respondessem aos anseios populares.

Apesar disso, as correntes burguesas que decidiram “chamar os trabalhadores para salvá-las” desempenharam papel importante nas

negociações para a elaboração de um governo petista de coalizão que mantivesse os chamados pontos nodais ou fundamentos de controle fiscal e inflacionário e, ao mesmo tempo, pudesse realizar uma política de crescimento baseada no aumento do salário mínimo e em programas de distribuição de renda que reduzissem os níveis de miséria e pobreza. Com certa razão, enxergavam que a melhoria dos mercados internacionais de *commodities* minerais e agrícolas, puxadas pelo desenvolvimento chinês, poderia propiciar essa política social sem perigo aos fundamentos impostos pelo neoliberalismo.

A médio e longo prazos, porém, essa política de crescimento econômico via crescimento do consumo, que alguns chamaram de “social desenvolvimentismo”, embutia contradições perigosas. Primeiro, dependia de não ocorrerem mudanças de baixas no mercado internacional de *commodities*. Segundo, dependia de uma política de juros e de câmbio que incentivasse os investimentos na agricultura de alimentos e na indústria de bens não duráveis, de modo que o aumento da oferta pudesse acompanhar o aumento da demanda, evitando tanto picos sazonais ou momentâneos de inflação de oferta, quanto uma tendência mais ativa de elevação de preços pela persistência do desequilíbrio entre um crescimento maior da demanda em relação ao crescimento menor ou estagnado da oferta.

Em termos macroeconômicos, em primeiro lugar exigia políticas ativas de desenvolvimento da agricultura de alimentos para o mercado doméstico, dependente, no Brasil, da agricultura familiar e da pequena agricultura capitalista. E, em segundo lugar, exigia políticas de desenvolvimento da indústria de bens não duráveis, com seus diversos desdobramentos relacionados com o adensamento de suas cadeias produtivas, de modo a elevar sua produtividade e competitividades.

O desdobramento dessas políticas macroeconômicas exigia, ainda, programas diretivos de atração de investimentos externos em indústrias de base e de novas tecnologias, a redução ou proibição de investimentos de curto prazo, a redução da taxa de juros a níveis civilizados, e a adoção de um processo de administração do câmbio.

Nada disso, porém, foi realizado na magnitude necessária. Como consequência, no início do segundo mandato Lula a política de crescimento via consumo já apresentava claros sinais de exaustão, o que se agravou com a crise norte-americana de 2008. É verdade que, então, o governo colocou em execução um Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, baseado em investimentos na infraestrutura energética e logística geral, o que permitiu que o crescimento atingisse um patamar elevado em 2010, contribuindo decisivamente para os resultados da eleição presidencial desse ano.

No entanto, os aspectos positivos do PAC se perdiam ao não fazerem parte de um projeto nacional mais consistente, que levasse em conta as prioridades demandadas pela sociedade. Por exemplo, embora os investimentos em infraestrutura energética e logística geral fossem e sejam necessários, tão ou mais necessários do que eles eram e são os investimentos na infraestrutura urbana de saneamento, transportes de massa, saúde e educação, e os investimentos produtivos na agricultura de alimentos, na indústria de bens não duráveis, e nos elos das cadeias produtivas que as suprem.

Tal quadro era também enfraquecido pelo fato do Estado haver perdido, no processo de privatização neoliberal, grande parte de seus instrumentos de intervenção econômica na sociedade, isto é, as empresas estatais. Na verdade, com exceção da Petrobras, todas as demais estatais sobrantes não tinham direitos legais para associar-se a empresas industriais nem mesmo para implantar indústrias que aumentassem o conteúdo local dos equipamentos demandados por sua atividade fim.

Além disso, como tal visão mais abrangente estava ausente, também faltava a definição de uma política mais clara e orientadora de atração de investimentos externos, como indicado acima, que complementasse os capitais em falta para tal projeto bem mais amplo do que o PAC. Paralelamente a isso, ocorrera uma mudança geracional importante na classe operária. Tanto os operários sobrantes da destruição neoliberal, quanto os novos operários que ingressaram no mercado de trabalho com o crescimento viabilizado pelo aumento

do consumo, em grande parte pertenciam a uma geração que não havia vivido a experiência das lutas de 1978 a 1986. Portanto, essa classe ainda precisava passar pela experiência da exploração capitalista para aprender a lutar.

Portanto, apesar da disputa cerrada em torno de manter-se sob todos ou parte dos fundamentos neoliberais, ou libertar-se deles, não havia uma mobilização social que empurrasse o governo a adotar políticas econômicas, sociais e políticas mais consistentes. Nessas condições, com a extensão da crise financeira e econômica aos países da Europa, o governo Dilma, ao não adotar a estratégia de combinação de investimentos prioritários na indústria com a manutenção da política social de crescimento da demanda, começou a patinar e ingressou na crise ampliada que o Brasil vive hoje.

Notas à guisa de conclusão

Durante os mais de 200 anos de formação do atual povo brasileiro, o país passou por alguns momentos que constituíram verdadeiras situações revolucionárias de âmbito nacional, especialmente no século 20. Entre 1922 e 1924, com a Coluna Prestes; entre 1930 e 1934, com a Revolução Liberal; entre 1952 e 1954, com a crise do governo Vargas; e entre 1961 e 1964, com a “revolução redentora”, o Brasil passou por situações que exigiram mudanças estruturais.

Em termos gerais, situações desse tipo, que exigiam uma revolução, ou uma contrarrevolução para mudar estruturas econômicas, sociais e políticas existentes, se mostraram muito mais complexas do que o pensamento comum de que bastaria querer fazer a revolução para que ela acontecesse. As situações revolucionárias não se criam pela vontade de representantes de uma ou outra das classes em disputa. Elas se formam quando a oposição dos de cima às mudanças necessitadas se endurecem, e a mobilização por essas mudanças, mesmo que não seja totalmente consciente pelos de baixo, se torna massiva e transborda.

Isso explica porque, nas ocasiões citadas acima ocorreram situações revolucionárias e, no caso da retirada estratégica da ditadura militar, entre 1974 e 1985, tal situação não se configurou.

Por outro lado, nem sempre uma situação revolucionária se transforma numa revolução. Às vezes ela se perde porque as forças revolucionárias não possuem uma estratégia adequada, nem utilizam táticas correspondentes para acumular forças e derrotar o inimigo. O exemplo da Coluna Prestes é emblemático. Embora tenha se mantido “invicta” em todos os combates travados contra as tropas do go-

verno, não sabia exatamente o que queria e foi incapaz de acumular forças suficientes para transformar a situação revolucionária numa revolução. Algo idêntico ocorreu em 1954, em que a transformação da situação revolucionária em revolução dependia de Vargas, do PTB e do PCB, cujas estratégias eram diferentes e até antagônicas. A situação revolucionária refluíu, nenhum dos problemas que a alimentavam foi resolvido, e ela regurgitou entre 1961 e 1964.

Já entre 1930 e 1945, a situação revolucionária se transformou numa “revolução conservadora”. Esta liquidou o domínio da oligarquia cafeicultora sobre o poder, e aniquilou grande parte da antiga oligarquia latifundiária, substituindo-a por uma nova oligarquia. Além disso, transformou o Estado agrarista num Estado industrialista. Tudo isso, sem revolucionar a estrutura agrária. E, entre 1964 e 1973, a “revolução redentora”, ao mesmo tempo em que implantou uma ditadura militar de regressão democrática, revolucionou por cima as relações de produção na agricultura sem mexer na estrutura da propriedade agrária.

Por outro lado, analisando o final de cada um desses ciclos “revolucionários” ou “contrarrevolucionários”, pode-se notar uma constante ampliação dos direitos democráticos, expandindo as condições de luta das massas populares e dos socialistas e comunistas, ao mesmo tempo em que ocorreram mudanças nas classes dominantes e nas classes dominadas, exigindo novas estratégias e novas táticas de luta.

Nos primórdios do século 20, como vimos, as classes dominantes e inimigos principais das mudanças eram os latifundiários, tendo à frente os cafeicultores paulistas e os pecuaristas mineiros. E as classes dominadas eram principalmente os camponeses “agregados” aos latifúndios, as camadas pobres urbanas do comércio e serviços, os “sem-trabalho”, e a pequena-burguesia urbana.

Durante os anos 1910 e 1920, uma pequena parte dos latifundiários investe na indústria substitutiva das importações e ajuda a criar uma pequena classe burguesa. Ao mesmo tempo faz surgir a classe operária e amplia a pequena-burguesia urbana que vê no exér-

cito o instrumento de sua ascensão social. O inimigo principal continua sendo a classe latifundiária, tendo à frente os cafeicultores paulistas e os pecuaristas mineiros, embora as lutas específicas das classes dominadas nem sempre se dirijam diretamente contra tal inimigo.

No final dos anos 20 a cisão das oligarquias latifundiárias coloca os latifundiários do café como inimigos principais, conseguindo mobilizar boa parte das classes dominadas nessa disputa, que se resolve apenas no nível da superestrutura de poder e na consideração dos trabalhadores como seres sociais e não como meliantes a serem tratados sempre na base do cassetete.

Na primeira metade dos anos 1940, a guerra mundial unifica a maior parte das classes dominantes e dominadas na luta contra o nazi-fascismo, tomado como o inimigo principal. Mas isso muda na segunda metade dessa década, com a ascendência do imperialismo americano sobre os negócios internos e externos do país, tendo como suportes a classe latifundiária e a parte da burguesia associada aos interesses imperialistas e latifundiários. Esse conjunto principal de inimigos às vezes recebeu a conceituação de “imperialismo e restos semifeudais”, o que esmaecia a conceituação da classe latifundiária e de uma parte importante da burguesia como inimigos principais, enquanto colocava a “burguesia nacional” como força revolucionária.

Esse conjunto se manteve relativamente inalterado nas décadas seguintes, que assistiram ao aumento do peso das empresas de origem imperialista instaladas no território brasileiro, assim como dos setores da burguesia brasileira associados a tais empresas estrangeiras. Paralelamente a isso, na segunda metade dos anos 1960 e nos anos 1970 ocorreram mudanças significativas no campo brasileiro. A classe dos latifundiários foi transformada na fração agrária da classe burguesa, em virtude da modernização capitalista dos latifúndios e de sua transformação em “agronegócio”. E a grande maioria dos “agregados” dos latifúndios foi expulsa dos campos para as cidades, transformando-se em proletariado ou em parte do exército industrial de reserva.

Essas mudanças promoveram, por sua vez, modificações importantes nas grandes e médias cidades do país, criando um caos urbano que se ampliou com o crescimento vegetativo da população. A crise econômica iniciada nos anos 1970, associada à estagnação dos anos 1980 e ao desmonte neoliberal dos anos 1990 promoveu desagregações e fragmentação na classe operária e na pequena-burguesia, ao mesmo tempo em que praticamente transformou o anterior exército industrial de reserva numa extensa massa de “excluídos”, que pode ser considerada como uma classe à parte.

Nos de cima também foram introduzidas modificações. A fração financeira da burguesia assumiu o papel hegemônico; a fração agrária reconquistou um poder idêntico ao que tinha nos velhos tempos de domínio absoluto do latifúndio; a burguesia industrial viu reduzida sua importância nacional, por se achar principalmente associada à burguesia estrangeira presente no país de forma oligopólica; e a burguesia comercial e de serviços viu-se espremida entre os oligopólios industriais e a hegemonia financeira.

Nessas condições, os antigos inimigos principais (imperialismo e restos feudais), justificadores de uma estratégia que tinha como meta, numa primeira etapa, a revolução democrático-burguesa, teve que ser reconsiderada. No quadro atual, o imperialismo (representado pelo oligopólio das corporações transnacionais), a grande burguesia financeira (que monopoliza o sistema bancário, em associação com o sistema financeiro imperialista), e os setores burgueses a eles associados, se tornaram os instrumentos principais da regressão do Brasil a país principalmente agrário, tornando-se os principais inimigos do povo brasileiro. O gume da estratégia das forças socialistas e comunistas deve estar voltado contra eles.

Isso significa, nas condições atuais de lenta recomposição da classe operária, da reduzida expressão do campesinato, da grande diferenciação interna do que se pode chamar de “classe excluída”, assim como da existência de diversos extratos da pequena-burguesia, e da presença de uma pequena parcela nacional da burguesia, ter uma estratégia que mobilize essas forças através de bandeiras que

reforcem suas forças sociais. Isto é, que aumente o poder social da classe operária, reforce o poder social dos pequenos produtores capitalistas e familiares agrícolas, transforme parte importante dos excluídos em classe operária, e atenda as aspirações legítimas da pequena-burguesia e dos setores nacionais da burguesia.

Ou seja, do ponto de vista econômico, ter uma estratégia de luta pelo desenvolvimento industrial, científico e tecnológico que democratize o capital; rompa com os oligopólios e monopólios capitalistas estrangeiros e nacionais; impeça os pequenos produtores capitalistas e familiares agrícolas de serem expropriados pelos latifúndios capitalistas agrários; implante uma política de crescimento do emprego e de elevação dos salários; e utilize as empresas estatais como instrumentos orientadores do desenvolvimento soberano e de instauração de ramos solidários e socialistas na economia.

Do ponto de vista social e político, ter uma estratégia de ampliação da participação popular nos órgãos de governo, democratização da propriedade dos meios de comunicação, elevação do padrão de vida e de qualificação profissional dos educadores, reforma democrática e pública da educação, revigoração na participação pública e redução da participação e do controle privado estrangeiro na saúde.

Essas estratégias necessitam a adoção de táticas de mobilização social e participação institucional que criem uma sólida aliança entre as forças fundamentais (classe operária urbana e rural, excluídos e pequena-burguesia urbana e rural). Além disso, será preciso manter a burguesia dividida, estabelecer alianças de longo prazo com seus setores nacionais, e alianças momentâneas com os setores burgueses em contradição com os inimigos principais.

Apesar dessas alianças táticas possíveis e necessárias com setores burgueses, os socialistas e comunistas não podem esmorecer na denúncia das contradições do capitalismo, diferenciando seus aspectos negativos fundamentais (a exploração do trabalho e a destruição do meio ambiente), de seus aspectos positivos (o avanço técnico, que pode ser utilizado em benefício de todos, se o sistema capitalista for superado). E, principalmente, não podem abrir a guarda e utilizar os

mesmos métodos utilizados pela burguesia para obter seus lucros, o que inclui os golpes baixos da concorrência e da corrupção.

Finalmente, é preciso levar em conta que as atuais condições democráticas podem tanto continuar avançando, apesar das tentativas conservadoras e reacionárias em curso, como podem encontrar crescente resistência das classes dominantes, chegando ao ponto de criar uma nova situação revolucionária, na qual essas classes dominantes não mais consigam dominar como antes, e as classes dominadas não aceitem mais viver como até então.

Mas, a avaliação dessa situação não pode nem deve ser algo aleatório. É necessário que, de um lado, a intransigência das classes dominantes fique claramente evidente e, de outro, que milhões de pessoas demonstrem, em mobilizações massivas, que não têm mais nada a perder. Só nesse momento um partido pode demonstrar se é revolucionário não só na teoria, mas também praticamente.

Capítulo II

Bibliografia

Segundo ordem alfabética do sobrenome do autor.

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Editora Briguier, 1954.
- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento de Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 1975.
- ABREU, J. Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 1976.
- ABREU, Martha. **O império do divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Editora Nova Fronteira/FAPESP, 1999.
- ALBUQUERQUE, Manoel. **Pequena história da formação social brasileira**. Editora Graal, 1986.
- ALENCAR, Francisco et alii. **História da Sociedade Brasileira**. Editora Ao Livro Técnico, 1996.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **O Regime Democrático no período JK: um mito a ser questionado**. In Margem/Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1999.
- ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- AMADO, Gilberto, e outros. **À Margem da História da República**. Editora Anuário do Brasil, 1924.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Revolução de 30. Da República Velha ao Estado Novo**. Editora Mercado Aberto, 1988.

- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988**. EDUSC, 1998.
- ANTONIL, Padre André José de. **Cultura e Opulencia do Brazil por Suas Drogas e Minas**. Editora Proprietária, 1923
- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Editora Zelio Valverde, 1943.
- BARROS, Luitgarde. **Octávio Brandão, centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro**. UERJ/APERJ, 1996.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias). Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos**. Editora Alfa-Ômega, 1976.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. Editora Alfa-Ômega, 1986.
- BASTOS, Abgvar. **Prestes e a revolução social**. Editora Hucitec, 1986.
- BATALHA, Cláudio H. Moraes. **Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920)**. Editora Marco Zero, 1991/ 1992.
- BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros. A hegemonia vermelha**. São Paulo: Editora Pulsar, 1995.
- BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**. Global, 1981.
- BELLO, José Maria. **História da República**. Companhia Editora Nacional, SP, 1956.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil da História**.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. 9 volumes, Senado Federal, DF, 2002.
- BONELLI, R. e PESSOA, S. **Desindustrialização no Brasil**. FGV/IBRE, 2010.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. Editora Brasiliense, 1992.

- BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas. Memórias.** Editora Alfa-Ômega, 1978.
- BRENER, Jayme. **1935: A Revolta Vermelha.** São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BRETTAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Arquivo Nacional, 1997.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Editora Vozes, 1986.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma História - A Incrível Saga de um País.** Editora Ática, 1992.
- BUENO, Eduardo (org.). **História do Brasil.** São Paulo. Publifolha, 1997.
- CALDEIRA, Jorge. **Brasil - A História Contada Por Quem Viu.** Editora Mameluco
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**, 2 volumes. Companhia Editora Nacional, 1937.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil** (7 vols.). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.
- CALMON, Pedro. **A Vida de D. Pedro II o Rei Filósofo.** Editora Biblioteca do Exército, 1975.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação Histórica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei.** UNB, 2001.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil.** UNESP, 2007.
- CANO, Wilson. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento.** IPEA, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo.** Editora Brasiliense, 1989.
- CARDIM, Fernão. **Tratado da Terra e Gente do Brasil.** Companhia Editora Nacional, 1939.

- CARDOSO, Fernando Henrique, e FALLETTO, Enzo. **Desenvolvimento e dependência na América Latina**. Editora Zahar, 1970.
- CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras**, 2 Volumes. Editora O Cruzeiro, 1965.
- CARNEIRO, Ricardo. **Globalização financeira e inserção periférica**. Economia e Sociedade, Campinas, 1999.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. UNESP, 2002.
- CARNEIRO, Ricardo. **Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva**. Unicamp, 2008.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. Editora Difel, 1977.
- CARONE, Edgard. **A República Velha**. Editora Difel, 1978.
- CARONE, Edgard. **O PCB, 1922 a 1943**. Editora Difel, 1982.
- CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil**. Editora Difel, 1984.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. Editora Andrioli, 1954.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. Editora Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. Editora Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional**.
- CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Editora Record, 1968.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. Memórias. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.
- CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Unicamp, 2000.

- CERQUEIRA, Daniela Franco. **Determinantes e perfil do investimento externo direto brasileiro**. 2012.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). **A história contada. Capítulos de história social e literatura no Brasil**. Editora Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar & botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque**. Unicamp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Nova classe trabalhadora: enigmas**. FPA, 2013.
- CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1977.
- CHILCOTE, Ronal H. **PCB – conflito e integração**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.
- COHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros**. Editora Loyola, 1995.
- COSTA, Hélio da. **Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Editora Scritta, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Editora Graal, 1989.
- COSTA E SILVA, Alberto de. **Crise colonial e independência**.
- COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil**. Lisboa: Editora Cosmos, 1995.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões (Campanha de Canudos)**. Editora Francisco Alves/Publifolha, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo. Juquery, a história de asilo**. Editora Paz e Terra, 1988.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

- DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo-1920-1934**. Editora Paz e Terra, 1987.
- DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos**. Editora Brasiliense.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. UNESP, 2000.
- DEL ROIO, José Luiz. **A história de um 1º de maio**. Editora Ícone, 1998.
- DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935**. Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, Carlos Malheiro (coord.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil** (3 v.). Porto: Litografia Nacional, 1923.
- DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. Editora Alfa-Ômega, 1977.
- DONATO, Hernani. **Histórias dos Usos e Costumes do Brasil - 500 Anos de Vida Cotidiana**. Editora Melhoramentos.
- DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.
- DONNICI, Virgílio. **A criminalidade no Brasil. (Meio milênio de repressão)**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1984.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DRUMMOND, José A. **O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Editora Nova Fronteira, 1977.
- ERICKSON, Kenneth. **Sindicalismo no processo político brasileiro**. Editora Brasiliense, 1979.

- FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1889-1924)**. Editora Brasiliense, 1984.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. Historiografia e história**. Editora Brasiliense, 1979.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. Globo/Publicfolha, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **O negro do mundo dos brancos**. Editora Difel, 1972.
- FIALHO, Anfrísio. **Historia da Fundação da Republica no Brazil**. Editora Universal de Laemmert e Cia, 1891.
- FIGUEIREDO, Wilson. **1964, o último ato**. Editora Gryphus, 2015.
- FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**.
- FRENCH, John D. **O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil – As Origens do Homem Brasileiro Brasil Antes de Cabral**. Editora Contexto.

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Cia. Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Civilização Brasileira, 1962.
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso. **A nova dependência**. Editora Paz e Terra, 1982
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1576.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIANOTTI, Vito. **A liberdade sindical no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- GIANOTTI, Vito. **100 anos de luta operária**. Editora Vozes, 1988.
- GITAHY, Maria Lucia Clara. **Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. UNESP, 1992.
- GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó**. São Paulo: Editora Alameda, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. **Pré-História do Brasil - As Origens do Homem Brasileiro Brasil Antes de Cabral**. Editora Campus, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora Relume Dumara, 1994.

- GORENDER, Jacob. **A Burguesia brasileira**. Editora Brasiliense, 1986.
- GUERACY, Thales. **A conquista do Brasil**.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Editora Paz e Terra, 1982.
- HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Civilização Brasileira, 1978.
- HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 1931.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão. (Vida operária e cultura anarquista no Brasil)**. Editora Brasiliense, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Editora Ática, 1991.
- HERSCHMANN, Michael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Editora Rocco, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**.
- IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. Editora Hucitec, 1988.
- IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Editora Brasiliense, 1988.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Editora Vozes, 1985.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**.
- IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil**. Editora Companhia das Letras, 1992.
- IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública no Brasil. A cidadania negada**. UNESP, 1994.
- KARAVAEV, A. **Brasil: passado e presente do capitalismo periférico**. Editora Progresso, 1987.

- KARAVAEV, A. **Quatro séculos de latifúndio**. Editora Paz e Terra, 1980.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise M. Frayze. **História do Brasil**. Editora Atual.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro - 1857 a 1967**. Editora Alfa- Ômega, 1982.
- KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente**. Editora Paz e Terra, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Scritta, 1981.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modo de produção e realidade brasileira**. Editora Vozes, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. Editora Alfa-Ômega, 1975.
- LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. Editora Brasiliense, 1987.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil** (4 volumes). Imprensa Nacional, 1943.
- LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil**. IV centenário de S. Paulo, 1954.
- LEITE, Serafim. **Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros 1919-1945**. Editora Vozes, 1978.
- LESSA, Carlos. **Estratégia do desenvolvimento 1974-1976**. Unicamp, 1998.
- LIMA, Manuel de Oliveira. **O Movimento da Independência**. Editora Melhoramentos, 1972.
- LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil 1808-1821**. Editoria Typ. Jornal do Commercio, 1908.

- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. Editora Alfa-Ômega, 1977.
- LIRA NETO. **Getúlio**.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Coord.). **Rio de Janeiro Operário. Natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe**. Editora Access, 1992.
- LOCHERY, Neill. **Brasil, os frutos da guerra**.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Editora Mercado Aberto, 1980.
- LOVE, Joseph. **A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. Editora Paz e Terra, 1982.
- LUSTOSA, Isabel. **A História do Brasil Explicada aos Meus Filhos**.
- MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes. Revolução no Brasil**. Editora Difel, 1977.
- MACE, Eduardo & RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá. **História do Brasil ATR v.1.0**. Rio de Janeiro: ATR, 1995 (CD-ROM).
- MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MALTA, Octávio. **Os 'tenentes' na revolução brasileira**. Civilização Brasileira, 1969.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Editora Vozes, 1984.
- MARIA, Julio. **A Igreja e a República**. UNB, 1981.
- MARAM, Sheldon. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Editora Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, João Martins. **Descobrimientos Portugueses - Documentos para a sua História**. Lisboa, I.A.C., 1994.

- MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça. Médicos, educadores e discurso eugênico.** Unicamp, 1994.
- MARÇAL, João Batista. **Primeiras lutas operárias no RS.** Editora Globo, 1985.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil.**
- MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. **Inventário de Documentos Históricos Brasileiros.** Senado Federal, Brasília, 2002.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de, QUADROS, Jânio da Silva. **História do Povo Brasileiro** (6 volumes). J. Quadros Editores Culturais, 1968.
- MELLO MORAES, A. J. de. **A Independência do Império do Brasil.** Typ do Globo, 1877.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio.** Editora Brasiliense, 1986.
- MENCARELLI, Fernando Antônio. **Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.** Unicamp/FAPESP, 1999.
- MENDES JR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil.** Editora Brasiliense, 1981.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **História do Brasil Recente 1964-1992** (Série Princípios). Editora Ática.
- MONTEIRO, Clóvis. **Esboços de história literária** (pgs. 85-87). Livraria Acadêmica, 1961.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil.** Editora Alfa-Ômega, 1978.
- MOREL, Edmar. **A marcha da liberdade. A vida do repórter da Coluna Prestes.** Editora Vozes, 1987.
- MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. **História do Brasil - Uma Interpretação.** Senac São Paulo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** FAPESP, 2002.

- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Ática.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. Editora Anita Garibaldi, 1994.
- MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Editora Difel, 1985.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Companhia Editora Nacional, 1936.
- NOSSA, Leonencio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OHLWEILER, Otto A. **Evolução socioeconômica do Brasil**. Editora Tchê, 1986.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Leitura, 1944.
- OURO PRETO, Visconde do. **Advento da Ditadura Militar no Brasil**. Imprimerie F. Pichon, 1891.
- OURO PRETO, Visconde do. **A Década Republicana** (11 volumes). Typographia do Brasil, 1899.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros. Memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1985.
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas. O detetive e o urbanista**. Casa da Palavra. 2002.
- PEREIRA, Leonardo. **O carnaval das letras**. Rio de Janeiro: SMC, 1994.
- PEREIRA, Leonardo. **Footballmania. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Editora Nova Fronteira, 2000.
- PILAGALLO, Oscar. **A História do Brasil no Século 20 (1980-2000)**. Publifolha.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. Editora Paz e Terra, 1977.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil - 1922-1935**. Companhia das Letras, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. Editora Brasiliense, 1984.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil 1889-1930**. Editora Alfa-Ômega 1979.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976.
- POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Editora Boitempo, 2012.
- POERNER, Artur José. **O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros**. Civilização Brasileira, 1979.
- POMAR, Wladimir. **Araguaia, o partido e a guerrilha**. Brasil Debates, 1980
- POMAR, Wladimir. **Quase lá, Lula, o susto das elites**. Brasil Urgente, 1990.
- POMAR, Wladimir. **Um mundo a ganhar**. Viramundo, 2002.
- POMAR, Wladimir. **Brasil em 1900**. Editora Ática, 2005.
- POMAR, Wladimir. **A Era Vargas**. Editora Ática, 2006.
- POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar, uma vida em vermelho**. FPA, 2011.
- POMAR, Wladimir. **Debatendo classes e luta de classes no Brasil**. SRIPT, 2012.
- POMAR, Wladimir. **Os latifundiários**. Editora Página 13, 2013.
- POMAR, Wladimir. **Brasil, crise internacional e projetos de sociedade**. FPA, 2014.
- PRADO, Antônio Arnon (Org.). **Libertários & militantes: arte, memória e cultura anarquista**. Unicamp, 1985.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. Editora Martins, 1942.

- PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 1987.
- PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. Editora Brasiliense, 1981.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana. As origens do tenentismo**. Editora Vozes, 1994.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. Editora Vozes, 1997.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Editora Brasiliense, 1986.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890- 1930**. Editora Paz e Terra, 1985.
- REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e Democracia**.
- REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. Novos Rumos, 1987.
- REZENDE, Antônio P. **História do movimento operário no Brasil**. Editora Ática, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995/1996.
- RIBEYROLLES, Charles. **Brazil Pittoresco - História, Instituições, Colonização**. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1859.
- RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. **História do Brazil** (5 volumes.). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1935.
- RODRIGUES, Edgar. **Trabalho e conflito. Pesquisa 1906-1937**. Edição do Autor.
- RODRIGUES, Edgar. **História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil – 1922-1946**.
- RODRIGUES, Edgar. **Mundo livre**.
- RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Laemmert, 1969.

- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**, Coleção Brasileira, volume 11, Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**, Coleção Brasileira, volume 21. Companhia Editora Nacional, 1979.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**, Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil**. Editora Fulgor, 1965.
- ROEDEL, Hiran et alii. **PCB - 80 anos de luta**. Fundação Dinarco Reis, 2002.
- SADER, Eder et alii. **Movimento operário brasileiro 1900/1979**. Vega.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SAFFIOTTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora Vozes, 1979.
- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo 1822-1940**. FAPESP, 1999.
- SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. Editores Weiszflog Irmãos, 1918.
- SAMIS, Alexandre. **Moral Pública & martírio privado. Colônia Penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20**. Achiamé, 1999.
- SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. Achiamé, 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. Difel, 1975.

- SCHUMAHER, Schumma e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade.** Editora Zahar, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil.** Editora Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** Editora Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, e STARLING, Heloisa. **Brasil, uma biografia.**
- SEGATTO, José A. **A formação da classe operária no Brasil.** Mercado Aberto, 1987.
- SEGATTO, José A. **Breve história do PCB.** Oficina de Livros, 1989.
- SICSÚ, João, e CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento.** IPEA, 2009.
- SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas).** Proposta.
- SILVA, Riograndino da Costa e. **A revolução de 5 de julho de 1922.** Sulina, 1972.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado. (Suas relações na formação do proletariado de São Paulo).** Editora Ática, 1981.
- SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** IPEA, 2010.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”.** Editora Paz e Terra, 1976.
- SINGER, Paul e MACHADO, João. **Mercado e cooperação, um caminho para o socialismo.** FPA, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil.** Editora Leitura, 1945.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes.** Círculo do Livro.

- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Editora Vozes, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A formação histórica do Brasil**. Editora Bertrand, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Oficina de Livros, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Civilização Brasileira, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. Editora Vozes, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Mercado Aberto, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Evolução social do Brasil**. UFRGS, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. Editora Global, 1984.
- SOUTHEY, Robert. **History of Brazil** (3 volumes.). Londres, 1810-1819.
- SOUZA, Claudia M. de e MACHADO, Ana Claudia. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Loyola, 1997.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Companhia Editora Nacional, 1938.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de. **A Vida de D. Pedro I** (3 Volumes). Editora Bibliex e Livraria José Olympio, 1972.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de, (org). **História dos fundadores do Império do Brasil** (10 volumes). Editora Itatiaia, várias datas.
- TAUNAY, Affonso E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Sp, Typ. Ideal, 1924-1950.

- TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil** (11 volumes). Departamento Nacional do Café, 1939.
- TAVARES, Flávio. **1964. O Golpe.**
- TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana.** Revista de Economia Política, 1985,
- TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil.** Ciências Humanas, 1981.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada, José Olympio, 1952.**
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo (visconde de Porto Seguro). **História Geral do Brasil** (8 vols.). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.
- VENTURA, Roberto. **Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914.** Editora Companhia das Letras.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Editora Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935. Sonho e Realidade.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- VINHAS, Moisés. **Estudos sobre o proletariado brasileiro.** Civilização Brasileira, 1970.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** Editora Hucitec, 1982
- WEINSTEIN, Barbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964).** Editora Cortez, 2000.
- WITTER, José Sebastião. **República, política e partido.** EDUSC, 1999.

Brasil Privatizado

Aloysio Biondi (1936-2000), autor de *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, foi um dos mais importantes jornalistas brasileiros. A edição original desse livro, que continha apenas o primeiro tomo, foi lançada pela Editora Fundação Perseu Abramo em 1999. Vinha à luz, assim, uma avaliação detalhada do processo de privatização das empresas estatais comandado por Fernando Henrique Cardoso e pelo PSDB. Aloysio foi um dos raros jornalistas brasileiros de economia a contestar o ideário neoliberal.

Em 2003, após 11 reimpressões, haviam sido vendidos 130 mil exemplares dessa primeira edição de *Brasil Privatizado*. O segundo tomo foi publicado em 2000, após a morte de Aloysio. Em 2014, a Geração Editorial lançou uma nova edição, que reúne os dois tomos e traz como novidades o prefácio assinado por Amaury Jr. e a introdução escrita por Jânio de Freitas, ambos também pesos-pesados do jornalismo brasileiro.

Autor de *A Privatária Tucana* (2011), o premiadíssimo repórter Amaury Jr. revela que seus primeiros passos na elaboração dessa obra foram inspirados no trabalho de Aloysio. Para ele, esse colega “se diferenciava dos jornalistas alimentados no seio das elites, que se limitam a reproduzir, sob forma de matérias ou colunas, a antiga retórica do patronato e, por extensão, da cartilha do neoliberalismo e da política oficial do PSDB”.

O colunista Jânio de Freitas, por sua vez, resume com maestria o papel de Aloysio, que remonta aos tempos em que este combatia a política econômica da Ditadura Militar: “Aloysio Biondi foi um dos pioneiros do jornalismo investi-

gativo no Brasil. Com farta antecedência. Ainda mais importante: fez jornalismo investigativo no jornalismo de economia. Caso único entre nós”.

Explica o veterano Jânio, aos 83 anos em plena atividade: encerrada a Ditadura Militar, não houve mudança essencial na política econômica brasileira. E ao instalar-se, com Collor de Melo e depois FHC, a fase neoliberal, Aloysio ficou sozinho no jornalismo econômico: “Um outro processo se iniciava no bojo do conservadorismo: a imprensa se faz porta-voz unânime do neoliberalismo. O jornalismo brasileiro de economia amolda-se, desde então, ao papel de guardião e propagador dos objetivos remanescentes da onda do neoliberalismo”. Que o digam a Rede Globo.

Como aperitivo, segue aqui um trecho de *Brasil Privatizado*, extraído do capítulo “A preço de banana, sim” (p. 59), sobre a desestatização das empresas de telefonia: “Em 1996 e 1997, já decidida a privatização, o governo investiu R\$ 16 bilhões no sistema Telebras e, somente no primeiro semestre de 1998, às portas do leilão realizado em julho, mais R\$ 5 bilhões. No total, R\$ 21,5 bilhões, praticamente mais de duas vezes e meia (250%) os R\$ 8,8 bilhões recebidos de entrada pela sua privatização”. Ou 97% do valor total da venda (a prazo), que foi de R\$ 22,2 bilhões. Mas ninguém foi preso.

Pedro Pomar

Filmes sobre a história do Brasil

Período anterior à colonização

- **A Guerra do Fogo**, Jean-Jacques Annaud, 1981.
- **1492, A Conquista do Paraíso**, Ridley Scott, 1992.
- **Piratas**, Roman Polanski, 1986.

Período Colonial Inicial

- **Caramuru, a Invenção do Brasil**.
- **A Missão**, Rolland Joffé.
- **Desmundo**, Alain Fresnot.
- **Como Era Gostoso o Meu Francês**, Nelson Pereira dos Santos, 1971.
- **Hans Staden**, Luis Alberto Pereira, 1999.
- **República Guarani**, Sílvio Back.
- **Aguirre, a cólera dos deuses**, Werner Herzog.

Período Colonial Pós Século 16

- **Carlota Joaquina**, Carla Camurati.
- **Xica da Silva**.
- **Tiradentes, o filme**.
- **Independência ou Morte**.
- **Os Inconfidentes**.
- **Quilombo**.

Período Imperial Independente

- **Mauá, o Imperador e o Rei.**
- **Netto Perde Sua Alma.**

Período da República Velha

- **Canudos, Sérgio Rezende.**
- **O Contestado – Restos Mortais, Silvio Back.**
- **Policarpo Quaresma.**
- **Gaijin: Os Caminhos da Liberdade.**
- **Eternamente Pagu.**

Era Vargas

- **Olga.**
- **Memórias do Cárcere.**

Período da Ditadura Militar

- **Jango, Silvo Tendler.**
- **O que É Isso, Companheiro?**
- **Bye Bye, Brasil.**
- **Lamarca, Sérgio Rezende.**
- **Pra Frente, Brasil.**
- **Cidadão Boilesen.**
- **Hércules 56.**
- **Cabra Marcado Para Morrer.**
- **O Bom Burguês.**
- **Batismo de Sangue.**
- **Zuzu Angel.**

- **Somos Tão Jovens.**
- **Osvaldão**, Vandr e Fernandes, Ana Petta e outros.
- **A o entre amigos do Beto Brant**, 1998.

Outros

- **Gonzaga.**
- **O Som ao Redor.**

Músicas durante a ditadura militar 1964-1985

- 1. Caminhando (Pra não dizer que falei das flores),** de Geraldo Vandré.
- 2. Apesar de você,** de Chico Buarque.
- 3. Cálice,** de Gilberto Gil e Chico Buarque.
- 4. O bêbado e a equilibrista,** de João Bosco e Aldir Blanc.
- 5. Opinião,** de Zé Keti.
- 6. Vai passar,** de Chico Buarque.
- 7. Carcará,** de João do Vale e José Cândido.
- 8. Sinal fechado,** de Paulinho da Viola.
- 9. Alegria, alegria,** de Caetano Veloso.
- 10. Roda viva,** de Chico Buarque.
- 11. Viola enluarada,** de Marcos Vale e Paulo Sérgio Vale.
- 12. Coração de estudante,** de Wagner Tiso e Milton Nascimento.
- 13. Disparada,** de Téo de Barros e Geraldo Vandré.
- 14. É proibido proibir,** de Caetano Veloso.
- 15. Eu te amo, meu Brasil,** de Dom e Ravel
- 16. Marcha da quarta-feira de cinzas,** de Carlos Lira e Vinícius de Moraes.
- 17. Pesadelo,** de Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós.
- 18. Soy loco por ti América,** de Torquato Neto, Gilberto Gil e Capinan.
- 19. Tô voltando,** de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro.

- 20. Acorda, amor**, de Leonel Paiva e Julinho da Adelaide (Chico Buarque).
- 21. Angélica**, de Chico Buarque e Miltoninho.
- 22. Aquele abraço**, de Gilberto Gil.
- 23. Canção da América**, de Milton Nascimento.
- 24. Cartomante**, de Ivan Lins e Vítor Martins.
- 25. Charles Anjo 45**, de Jorge Ben Jor.
- 26. Divino, Maravilhoso**, de Gilberto Gil e Caetano Veloso.
- 27. Domingo no parque**, de Gilberto Gil.
- 28. Fé cega, faça amolada**, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.
- 29. Jorge Maravilha**, de Julinho da Adelaide (Chico Buarque).
- 30. Menestrel das Alagoas**, de Milton Nascimento e Fernando Brant.
- 31. Menino**, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.
- 32. Meu caro amigo**, de Chico Buarque e Francis Hime.
- 33. O que será (À flor da pele)**, de Chico Buarque.
- 34. País tropical**, de Jorge Bem Jor.
- 35. Pátria amada idolatrada, salve, salve**, de Geraldo Vandré e Manduka.
- 36. Ponteio**, de Edu Lobo e Capinan.
- 37. Procissão**, de Gilberto Gil.
- 38. Sociedade alternativa**, de Raul Seixas e Paulo Coelho.
- 39. Canção do subdesenvolvido**, de Carlos Lyra e Francisco de Assis.
- 40. Upa, neguinho**, de Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri.